

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA
Programa de Pós-Graduação em Agricultura no Trópico Úmido

**AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO EM UNIDADES
FAMILIARES FILIADAS A UMA REDE SOCIAL NO ESTADO
DO AMAZONAS**

DEISE LEONOVICH COSTA

Manaus, Amazonas
Julho, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEISE LEONOVICH COSTA

**AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO EM UNIDADES
FAMILIARES FILIADAS A UMA REDE SOCIAL NO ESTADO
DO AMAZONAS**

Orientadora: Dra. ROSALEE ALBUQUERQUE COELHO NETTO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Inpa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Agrárias, área de concentração em Agricultura no Trópico Úmido.

Manaus, Amazonas
Julho, 2009

Costa, Deise Leonovich

Autoconsumo e comercialização em unidades familiares filiadas à uma rede social no Estado do Amazonas / Deise Leonovich Costa.

--- Manaus : [s.n.], 2009.

Dissertação (mestrado) --- Inpa, Manaus, 2009

Orientadora : Rosalee Albuquerque Coelho Netto

Área de concentração : Agricultura no Trópico Úmido

1.agricultura familiar. 2. Agroecologia 3.Amazônia I. Título.

Sinopse:

Estudou-se autoconsumo e comercialização em unidades familiares filiadas à uma rede social no Estado do Amazonas

Palavras-chave: agricultura familiar, Agroecologia, Amazônia

Para Adenilson e Luíza
com amor

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras que participaram direta ou indiretamente desta pesquisa. Aos que pude contatar diretamente, pela confiança em expor informações sobre suas vidas, pela atenção e paciência, ao cederem parte de seu tempo.

À Dra. Rosalee Albuquerque Coelho, minha orientadora, pela confiança e apoio em todas as fases do trabalho.

À Dra. Sandra do Nascimento Noda, minha co-orientadora, e Dr. Hiroshi Noda, pela generosidade em me acolherem no Nerua, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos Amazônico, onde pude entrar em contato com uma densa produção sobre a agricultura familiar na Amazônia. Núcleo que constrói conhecimento no dia-a-dia, com rigor e companheirismo.

À Dra. Sandra Célia Tapia Coral, coordenadora do Projeto Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente – Rava, pela confiança e apoio. Pela parceria que me permitiu acessar os dados do levantamento realizado pelo Projeto Rava no Amazonas.

Ao Engenheiro Florestal Lázaro Monteiro Reis, que pacientemente me acompanhou em meus dias de campo, e mais do que isso, compartilhou seus muitos conhecimentos sobre a agricultura familiar em Itacoatirara.

À Joyce Lima que, com dedicação e competência, realizou a digitação do banco de dados do Projeto Rava e que, sempre de forma tão solícita, esclareceu todas as minhas dúvidas.

À Silvia Mendonça pela competência (e paciência) com as análises estatísticas.

A Marco Antônio de Freitas Mendonça pela orientação no Estágio Docência no Curso de Zootecnia em Parintins. Estágio que foi um dos momentos mais importantes deste curso de mestrado.

À Alexsandra Santiago pela elaboração do mapa da área de estudo.

Aos articuladores da Reata, Edna Feitoza, Mário Ono, Bosco Gordiano e Jandir Contente pela atenção, confiança e materiais de apoio cedidos.

À Antonia Ivanilce Castro pelas longas e animadas conversas sobre agricultura familiar e, sobretudo, pelo apoio e amizade, fundamentais para a realização desse trabalho.

À Eliana Noda pela amizade e por compartilhar sonhos, idéias e bom humor.

À amiga Elaine Zuchiwschi, por sua leitura cuidadosa e sugestões ao projeto.

Ao Dr. Ademir de Lucas, exemplo de vida e de profissionalismo, meu sincero agradecimento, que transcende à leitura do projeto e sugestões, mas remonta aos meus estágios na Esalq/USP, fundamentais para a minha formação.

À minha irmã e amiga Wilma Leonovich, pelo apoio e amizade em todos os momentos.

À Neide Procópio e Celina Bastos, amigas queridas, que estão sempre em meus pensamentos.

Aos colegas de curso, Anita, Mário, Elaine, Eric, Grace Kelly e Juliana, pela amizade

e companheirismo.

Aos colegas de Nerua, Fidel, Emídio, Neide, Carol, Dirceu, Jucélia e Neto pela amizade e companheirismo.

Ao Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Políticas Públicas em Áreas Estratégicas - Ppope e à Coordenação do Programa de Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido do Inpa, que providenciaram as diárias para o trabalho de campo.

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio da bolsa de mestrado.

Ao Inpa e à Ufam pela oportunidade em realizar o curso, convívio com colegas, professores e servidores.

Aos meus sogros, Dionice e Nitercílio, pela amizade, atenção e apoio. Aos meus pais, Neuza e Antônio, (*in memoriam*): por tudo!

RESUMO

A pesquisa analisa a relação autoconsumo, comercialização e sustentabilidade ambiental em unidades familiares filiadas a uma rede social que propõe uma agricultura de base ecológica. Os dados quantitativos foram obtidos por meio do levantamento realizado pela “Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente – Rava”, no município de Itacoatiara, estado do Amazonas. As escolhas dos agricultores relacionadas a auto-consumo e comercialização foram verificadas a partir da análise de entrevistas gravadas em visitas às áreas produtivas. As unidades familiares apresentam diferentes arranjos entre os componentes produtivos, porém a especialização ocorre com menor frequência. O manejo de várias espécies e diferentes componentes produtivos é a regra. As unidades familiares apresentaram diferentes graus de autoconsumo por conta de maior ou menor inserção em circuitos comerciais e a fatores ligados ao universo de cada unidade familiar, como sua composição. Porém, trata-se de uma importante estratégia que mantém sob o controle da família a alimentação, funcionando também como mecanismo de defesa frente a instabilidades de mercado. A comercialização está presente, de forma diferenciada, entre as unidades familiares e se liga sobretudo ao componente agricultura. A produção vegetal com a cultura da mandioca e seus produtos (farinha, goma e tucupi) gera 27% da renda total (autoconsumo e venda) e é encontrada na maioria das unidades familiares. A pouca disponibilidade de área para o estabelecimento de roças tem levado à diminuição do intervalo de pousio. As condições de comercialização são tidas, em geral, como desfavoráveis aos agricultores. Dificuldades com transporte e preços que não remuneraram trabalho e custos de produção são as principais dificuldades apontadas pelos agricultores.

Termos para indexação: agricultura familiar, Agroecologia, Amazônia

ABSTRACT

The research analyzed the self-consumption, trade and environmental sustainability relationship in family farms participants to a social network that purpose an ecological agricultural system. The data were obtained through the “Amazon Livelihood and Environment Network – Rava” search, and in tape recorded interviews with farmers from Itacoatiara, Amazonas State. The family farms had different arrangements among the production components. The management of several species cultivated and different production components are the rule in that farms and the specialization is rare. The family farms have different degrees of self-consumption related with the trade market insertion and with each family characteristic, like their composition. The self-consumption is an important strategy associated with food security, and is also a defense mechanism against the trade market instabilities. The trade is present in different way among the family farms. In the fishing case only the farms near to the urbane centre presented relative high taxes of trade, selling to a fish processing plant.

Key words: Agroecology, Amazonia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espécies utilizadas nos componentes roça e sítio por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	69
Tabela 2 - Espécies utilizadas nos componente extrativismo animal (peixes) por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	72
Tabela 3 - Espécies utilizadas nos componente extrativismo vegetal por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	75
Tabela 4 - Espécies utilizadas no componente criação animal por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	77
Tabela 5 - Participação do autoconsumo e da comercialização em valores brutos anuais em reais (R\$) e em porcentagem (%) frente ao valor total da produção por localização por parte de agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Roça de mandioca em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	12
Figura 2 -	Capoeira enriquecida com fruteiras em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	13
Figura 3 -	Sítio em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	14
Figura 4 -	Agricultoras preparando o peixe para autoconsumo em dia de mutirão.....	15
Figura 5 -	Criação animal em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	16
Figura 6 -	Localização das comunidades com agricultores familiares filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	28
Figura 7 -	Sede da Comunidade Boa Esperança.....	37
Figura 8 -	Sede da Comunidade Nossa Senhora da Penha.....	42
Figura 9 -	Sede da Comunidade Santo Antônio – Colônia Rondon I.....	44
Figura 10 -	Sede da Comunidade São José – Colônia do Pequiá.....	49
Figura 11 -	Sede da Comunidade São Jorge do Muirapucuzinho.....	51
Figura 12 -	Sede da Comunidade Irmãos Unidos do Muirapucuzinho.....	53
Figura 13 -	Sede da Comunidade São Francisco de Assis.....	55
Figura 14 -	Sede da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Vila Batista.....	57
Figura 15 -	Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento - Estanislau.....	59
Figura 16 -	Sede da Comunidade São João do Araçá.....	60
Figura 17 -	Sede da Comunidade São João da Chocolateira.....	62
Figura 18 -	Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente agricultura, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	68
Figura 19 -	Renda total anual (R\$) da comercialização do componente agricultura, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	68
Figura 20 -	Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente extrativismo animal – pesca, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	71
Figura 21 -	Renda total anual (R\$) da comercialização do componente extrativismo animal – pesca, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	71

Figura 22 - Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente extrativismo vegetal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	74
Figura 23 - Renda total anual (R\$) da comercialização do componente extrativismo vegetal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	74
Figura 24 - Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente criação animal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	76
Figura 25 Renda total anual (R\$) da comercialização do componente criação animal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	76
Figura 26 - Composição da renda total das unidades familiares filiadas à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	81
Figura 27 - Produção de borracha em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	82
Figura 28 - Produção de cacau em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	82
Figura 29 - Pecuária bovina em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.....	83
Figura 30 - Percentagem de autoconsumo e comercialização relacionada aos valores medianos da renda bruta anual obtidos nos componentes componentes roça e sítio, extrativismo vegetal, pesca e criação animal pelas unidades familiares filiadas à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.....	84

LISTA DE SIGLAS

Basa - Banco da Amazônia Sociedade Anônima

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

FNO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte

GTZ - Agência de Cooperação Técnica Alemã

Idam - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas

Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Iteam - Instituto de Terras do Amazonas

ONG – Organização Não Governamental

Portobrás – Empresa de Portos do Brasil

Probor - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural

Ppope - Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Políticas Públicas em Áreas Estratégicas

Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Rava - Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente

Reata - Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas

Sepror - Secretaria de Estado da Produção Rural

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

Ufam – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	4
2.1 Objetivo geral.....	4
2.2 Objetivos específicos.....	4
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
3.1 Formação da sociedade regional da Amazônia e agricultura familiar.....	5
3.2 Sustentabilidade da agricultura familiar amazônica.....	9
3.3 Componentes dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica.....	10
3.3.1 Roça ou roçado.....	12
3.3.2 A Capoeira ou área de pousio.....	13
3.3.3 Sítio, Terreiro ou Quintal.....	14
3.3.4 Extrativismo vegetal e animal (caça e pesca).....	15
3.3.5 Criação animal.....	15
3.4 Gestão dos recursos.....	16
3.5 Agricultura familiar e autoconsumo.....	16
3.6 Agricultura familiar na Amazônia e suas relações com o mercado.....	17
3.7 Redes.....	19
3.7.1 O conceito de rede.....	19
3.7.2 Redes como movimento social.....	20
3.7.3 A Rede de agricultores tradicionais do Amazonas – Reata.....	22
4. MÉTODO E TÉCNICAS.....	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5.1 Distribuição geográfica.....	31
5.2 Rural e urbano.....	33
5.3 As “Comunidades”.....	34
5.4 Os grupamentos humanos por área de influência.....	37
5.4.1 Área de influência do núcleo urbano de Itacoatiara: unidade de paisagem terra firme.....	37
5.4.2 Área de influência do Rio Urubu e Rodovia AM-010.....	51
5.4.3 Área de influência do Rio Arari.....	57
5.5 Autoconsumo nas unidades familiares.....	64
5.6 Comercialização nas unidades familiares.....	77
5.7 Renda total.....	81
5.8 Arranjos produtivos.....	81
6. CONCLUSÕES.....	86
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

1. INTRODUÇÃO

A questão da sustentabilidade na agricultura e no extrativismo na Amazônia possui diversos aspectos relacionados à produção: quem produz? o que? como? para quem? Os agricultores familiares amazônidas, herdeiros dos conhecimentos indígenas sobre agroecossistemas amazônicos, são alvo de interesses de mercado, dos quais têm pouco ou nenhum controle. Historicamente, estes interesses não têm favorecido o desenvolvimento local ou regional, ao contrário, têm criado desigualdades. Os exemplos são inúmeros e se repetem desde a colonização: drogas do sertão no século XVII, cacau (*Theobroma cacao* L.) no século XVIII, borracha (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.) no século XIX e muitas das próprias cadeias produtivas atuais.

Políticas públicas de modernização agrícola, ação de ONGs e, por vezes, as próprias organizações dos agricultores, objetivando o aumento de renda das unidades familiares, têm conduzido os agricultores familiares da Amazônia à especialização, às demandas e canais de comercialização dos grandes mercados urbanos. Este processo pode culminar com a perda do patrimônio cultural de conhecimentos sobre os agroecossistemas, dependência de insumos externos as unidades produtivas e adoção de padrões de consumo urbanos (Jesus, 2000). Por outro lado, o autoconsumo é uma importante característica da agricultura familiar na Amazônia, permitindo certo grau de autonomia das unidades familiares e segurança alimentar, relacionando-se com a própria identidade das famílias.

É possível definir Agroecologia¹ como um área de conhecimento que busca integrar aportes da Ecologia, da Agronomia, e, mais recentemente, das ciências humanas, como a Geografia, a Sociologia e a História e dos conhecimentos tradicionais de agricultores e de povos indígenas, no sentido de oferecer alternativas que contemplem, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental e a equidade social, com base nas atividades agrícolas. O manejo agroecológico se traduz na escala da unidade familiar e, preferencialmente, da bacia hidrográfica, na gestão dos recursos naturais que prevê manejos simultâneos dos cultivos, solos, água, recursos

¹ Baseado no trabalho de André Yamamoto: Sustentabilidade e Agroecologia (2005), que traz um histórico da constituição da agroecologia como campo de saber.

florestais e base biológica (incluindo genes), o que significa um grande desafio para a pesquisa agroecológica. Os princípios agroecológicos, como imitação da funcionalidade de ecossistemas naturais nos agroecossistemas e emprego de diversidade de espécies, teriam aplicabilidade universal. Porém, as formas tecnológicas como vão operar, dependem de condições sócio-econômicas e ambientais dos diferentes locais (Altieri, 2002).

Diversos autores, com destaque para Altieri (1998; 2002), tem colocado em outros termos o entendimento das tecnologias empregadas por grupos tradicionais em seus agroecossistemas, destacando o conhecimento tradicional da agricultura familiar e suas estratégias de manejo e de multiuso, baseadas no policultivo. O que não significa que os agricultores familiares não tenham desafios a serem enfrentados, que passam pela sua organização e pelo diálogo com o conhecimento científico.

A comunidade científica, no Brasil e nos demais países do mundo, ainda é pouco voltada para os desafios e potencialidades da agricultura familiar. Assim, a maior parte das pesquisas ainda é orientada para o aumento de produtividade de determinadas culturas ou para a pecuária homogênea, sem que haja o entendimento das necessidades e das opções dos agricultores, nem para o contexto ecológico a que se destinam. O enfoque disciplinar freqüentemente resulta em recomendações para domínios específicos, o que não se traduz em tecnologias apropriadas às diferentes condições econômicas e sociais (Altieri, 2002).

Em escala mundial, existem várias experiências agroecológicas envolvendo comunidades, ONGs e alguns governos. Experiências estas que contribuem para segurança alimentar, geração de renda e preservação de recursos. O estudo de Pretty *et al.* (2003) avalia 208 projetos agroecológicos em várias regiões do planeta, e aponta aumentos de produtividade entre 50 a 100%, com a promoção de diversidade de produtos vegetais e animais, estabilidade e conservação de recursos. Da mesma forma, o conhecimento científico a respeito do tema tem crescido substancialmente (Altieri, 2002). Apesar dos projetos com base agroecológica ainda serem pontuais.

Para que experiências agroecológicas sejam amplamente disseminadas há necessidade de mudanças na direção de políticas públicas que apontem para: 1)

aumento de investimentos no enfoque agroecológico-participativo na pesquisa e extensão; 2) diminuição de subsídios a tecnologias convencionais; 3) investimentos em infraestrutura: transporte, comunicação e acesso a mercados; 4) políticas de acesso à terra e a crédito.

A Amazônia, como um todo, e o estado do Amazonas, em particular, não fogem a este quadro. Políticas de incentivo a iniciativas agroecológicas têm sido sugeridas, porém as bases para que o processo de construção da sustentabilidade ainda não estão estabelecidas, (Costa, 2005).

No presente trabalho foi realizado um estudo de caso junto a agricultores filiados a Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas (Reata), organização que se iniciou em 2005, no município de Presidente Figueiredo-AM. Atualmente a Reata reúne 163 famílias, distribuídas em doze municípios: Boca do Acre (4); Coari (8); Codajás (9), Itacoatiara (57); Lábrea (7); Manacapuru (2); Manaus (19); Maués (19); Parintins (10); Presidente Figueiredo (10); Rio Preto da Eva (4) e Tefé (13) (Ono *et al.*, 2007). A Reata é apoiada por uma parceria que envolve o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas – Idam e da Agência de Cooperação Técnica Alemã - GTZ, por meio do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável do Amazonas-DLS-AM. A proposta da Reata é: “resgatar, produzir, gerar e divulgar saberes e conhecimentos sobre o manejo e a preservação dos agroecossistemas da floresta amazônica, por meio de processos de comunicação, troca de experiência, aprendizado participativo e extensão rural, visando a um estilo de agricultura de base ecológica” (Ono *et al.*, 2007).

A Reata nasce como uma organização voltada a agricultores familiares, tradicionais, extrativistas, pescadores, caboclos, ribeirinhos, quilombolas e indígenas do estado do Amazonas. (Ono *et al.*, 2007).

A organização do trabalho da Reata atualmente é realizada por meio de núcleos municipais, principalmente por conta das grandes distâncias entre os municípios. Além disso, a Reata promove dois encontros anuais, onde participam todos os membros. São realizados ainda, intercâmbios intermunicipais e interestaduais.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Estudar a relação autoconsumo, comercialização e sustentabilidade ambiental em unidades familiares filiadas a uma Rede social que propõe uma agricultura de base ecológica, no contexto da agricultura familiar na Amazônia.

2.2. Objetivos específicos

- Identificar e quantificar a produção para o autoconsumo e para comercialização
- Descrever os componentes da agricultura familiar amazônica (sitio, roça, extrativismo vegetal, extrativismo animal e criação), as espécies e produtos que os constituem e as formas de gestão dos recursos nas unidades familiares estudadas.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Formação da sociedade regional da Amazônia e agricultura familiar

Se fôssemos desafiados a eleger apenas duas palavras para definir a Amazônia, “diversidade” e “complexidade” seriam provavelmente as mais adequadas. Diversidade de atores sociais, de visões de mundo, de interesses. Diversidade cultural e biodiversidade. Complexidade expressa em antagonismos e convergências em diferentes escalas: local, regional e global. Heranças, desafios e possibilidades de futuro (Gonçalves, 2001).

Uma constante, a partir da colonização europeia na região, é a hegemonia de um pensamento que busca homogeneizar o que é diverso. Assim, os inúmeros povos que habitaram a Amazônia, há pelo menos 3000 anos antes da colonização (Silva, 2004), são artificialmente igualados em uma única denominação: “índios”. Em seguida, forma-se a base de uma economia de rapina que se caracterizou, na Amazônia brasileira, por sucessivos ciclos de produtos extrativos com base no trabalho indígena e, mais tarde, de migrantes nordestinos: drogas do sertão² no século XVII, cacau no século XVIII e borracha no século XIX. A partir da década de 60 do século XX, o Estado “planejador” e financiador impõe à região novos papéis dentro da economia nacional e mundial, definindo vocações: indústria de enclave³, polos mineradores, polos de colonização com base na mão de obra migrante, agora do sul do país, e grandes projetos agropecuários (Becker, 2001)

Segundo Parker (1985) citado por Adams (2002), podem ser delimitados três períodos fundamentais para formação da identidade social na Amazônia (1) o início do processo de colonização (1600 – 1655), quando as expedições em busca de escravos dizimaram um número assombroso de populações indígenas, gerando caos, quando o problema de mão-de-obra surgiu pela primeira vez; (2) os anos de domínio Jesuíta na Amazônia (1655 – 1755), quando os índios foram missionarizados e transformados em pequenos produtores, e (3) a época do

² Canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha (Ferreira & Salati, 2005).

³ No caso dos grandes projetos industriais, formou-se a chamada economia de enclaves. Seu mais contundente exemplo é o da Zona Franca de Manaus, econômica e geopoliticamente estratégica, implantada que foi em meio a uma economia extrativista e num posto avançado da fronteira norte (Becker, 2001)

Diretorado (1755 – 1799), quando instala-se uma política de conversão dos índios, na tentativa de transformá-los em “cidadãos” da sociedade portuguesa, que terminou com a transformação do índio em agricultor familiar.

A primeira fase (1600-1655) marca a consolidação do controle português sobre a Amazônia, com a expulsão de holandeses, franceses e ingleses, na região do foz do Rio Amazonas. A estratégia da Coroa Portuguesa passa a ser a extração de produtos da floresta para exportação – as chamadas drogas do sertão. A intensificação da atividade leva à escravização indígena, o que desencadeia a guerra e o afastamento dos índios para refúgios onde não pudessem ser facilmente encontrados. Novas expedições eram organizadas em busca de escravos, o que significava uma solução precária para o intuito da colonização já que estas expedições mais dizimavam populações que traziam cativos.

Várias ordens religiosas formadas por missionários franciscanos, carmelitas e jesuítas se opuseram à escravização indígena, o que significou sempre desavença entre colonizadores e missionários. A ordem dos jesuítas (1655-1755) se destaca no estabelecimento de missões: ao final de 1656 os Jesuítas já tinham o controle de 54 aldeias (Parker, 1985). O sistema de aldeamentos/missões permitia aos índios sobreviver e conservar, até certo ponto, um convívio comunitário, mas mesmo assim a população se desgastava rapidamente, exigindo novas reposições. Estas reposições eram realizadas pelos “descimentos”, promovidos pelos missionários, trazendo pela persuasão ou pela força os refugiados nos altos cursos dos rios para os aldeamentos. São assim incorporados grupos de diferentes etnias, muitas vezes rivais, para a realização do trabalho extrativista, do serviço obrigatório nas obras públicas e lavouras dos aldeamentos, bem como construção de conventos e igrejas. Para que pessoas de diferentes matrizes étnicas realizassem estes trabalhos, e para a própria catequização, impõe-se uma unidade lingüística, o *nheengatu*, língua de origem tupi, mas que neste contexto significa a língua da civilização. A organização dos aldeamentos expande-se por toda a Amazônia criando a figura de um “índio genérico”, apartado de suas especificidades étnicas. As drogas da mata serão comercializadas por toda a Europa: cacau, urucu (*Bixa orellana* L.), baunilha (*Vanilla planifolia* Jacks ex Andrews) , salsaparrilha (*Smilax papyracea* Poir.) , quina (*Quassia amara* L.) e grande número de sementes, tubérculos, óleos e resinas

(Ribeiro, 1995).

Apesar dos portugueses introduzirem novas espécies de cultivo, como o arroz (*Oryza sativa* L.), a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) e o anil (*Indigofera suffruticosa* Mill.), além de animais domésticos, esta contribuição teve pouca relevância para a adaptação à floresta tropical.

Cresce uma população mestiça herdeira da cultura tribal, na identificação de plantas e animais, no cultivo de roças de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays* L.) e diversas outras plantas tropicais, na navegação pelos rios, no tipo de construções e utensílios. Esta população, do ponto de vista de adaptação cultural e ecológica, possui um modo de vida bastante semelhante ao dos indígenas, porém a estrutura social a qual está ligada é totalmente diversa. Se as sociedades indígenas se caracterizam por abundância alimentar, a nova sociedade, em formação, vive em situação de penúria, já que os esforços são canalizados para a produção mercantil e interesses externos.

A crise do império português, na Ásia, leva a Coroa a intensificar seus interesses na Amazônia e a intervir a favor dos colonos, em detrimento aos missionários, o que culmina na expulsão dos jesuítas. Inicia-se o período do Diretorado. A administração e o governo de todas as aldeias indígenas, passa a ser responsabilidade dos chefes, supervisionados por um diretor indicado pelo governador. Entre as medidas tomadas para facilitar a implementação dos Diretorados estavam: a proibição da língua geral e a adoção do português como língua regional; o estímulo ao uso de roupas européias; novas regras para a construção das casas, para desencorajar as casas comunais e promover o conceito europeu de família; cada aldeia deveria possuir um Conselho Municipal, uma cadeia, e um prédio judiciário. É uma época de investimentos nos núcleos urbanos habitados por uma população bastante heterogênea (Parker, 1985; Ribeiro, 1995).

Impõe-se, ao final do século XIX, um novo projeto à região: o fornecimento de borracha para o mercado mundial. A população que se concentrou nas margens dos rios, após a derrota nos violentos combates da Cabanagem⁴, irá se dispersar à

⁴ A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas

procura das concentrações de seringueiras (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.) nativas. As cidades crescem, tornando-se grandes centros metropolitanos. Para este projeto será recrutada, não apenas a mão-de-obra regional, mas também cerca de 500 mil nordestinos, assolados por uma grande seca que dizimava milhares de pessoas. O extrativismo da borracha entrará em crise a partir da eclosão da 1ª Guerra Mundial e, sobretudo, com a entrada da concorrência dos seringais ingleses na Ásia. A população recrutada para os seringais pouco a pouco volta a se concentrar à margem dos grandes rios navegáveis, dedicando-se a atividades com pouca inserção em mercados, incluindo a caça, a pesca e roças, com destaque para mandioca. O fornecimento de borracha aos aliados, durante a 2ª Grande Guerra, levará a um novo surto migratório e um breve período de retomada dos seringais (Ribeiro, 1995).

A partir da década de 30 do século XX e, principalmente após a 2ª Grande Guerra, desenvolvem-se na Amazônia novos tipos de produção, como o cultivo de juta (*Corchorus capsularis* L.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) e arroz. A partir da década de 1970, a concorrência com as fibras sintéticas na indústria de sacaria, além da crescente importância da pecuária na várzea, fazem declinar a produção e a importância da juta.

A partir de 1966, o governo brasileiro intensificou a política de ocupação e a integração da região amazônica, por meio da construção de estradas e projetos agrícolas. Facilidades de crédito estimularam um novo fluxo migratório, desta vez de trabalhadores rurais do sul do país. A chegada das estradas aos assentamentos familiares das várzeas significou o início de um processo de acelerada transformação sócio-econômica, característico de modelos de ocupação de fronteira. Em termos espaciais significou a imposição de um modelo de desenvolvimento centrado nas estradas e na terra firme, por meio de um viés urbano, que dava pouca importância à economia ribeirinha tradicional, (Becker, 2001; Becker, 2005)

envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. (Ricci, 2007)

3.2 Sustentabilidade da agricultura familiar amazônica

A partir da década de 80 do século XX, os movimentos sociais ligados a agricultores familiares e extrativistas da Amazônia, juntamente com movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, conseguiram importantes conquistas, como a criação das reservas extrativistas. Cresce a organização destes movimentos em torno de associações e cooperativas. Como reflexo há uma reorientação da política nacional para a agricultura familiar, expressa na criação do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte – FNO.

Costa (2005) faz uma avaliação do emprego dos recursos do FNO e traz para a discussão as dificuldades da institucionalização do ideal da sustentabilidade na Amazônia, apontando que as bases desta institucionalização não estão ainda construídas. No caso do FNO, a própria destinação dos recursos não tem atendido prioritariamente ao agricultor familiar. A instituição responsável pela gestão dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia Sociedade Anônima - Basa, na busca da lucratividade de suas operações e produtos, tenderia a favorecer atividades com rentabilidade de curto prazo, como a pecuária. Ao lado do Basa, o conjunto de organizações de Ciência e Tecnologia e seus esforços de pesquisa têm privilegiado a agricultura homogênea e a pecuária. Por sua vez, as organizações ligadas à extensão rural reproduzem os conhecimentos gerados pela pesquisa agropecuária, ministrando fórmulas rígidas. Seria necessário, portanto, reconstruir a relação do Estado com as sociedades regionais, o que implica na alteração de visões de mundo, de estruturas organizacionais e de posturas individuais.

O processamento agroindustrial, em associações e cooperativas, dos produtos agrícolas e extrativistas é uma alternativa para a geração de renda, porém tem significado, em muitos casos, uma excessiva especialização, ao atender demandas tradicionais do mercado. Muitas dessas experiências desconsideram que a agricultura familiar tem seu processo produtivo direcionado ao atendimento das necessidades da manutenção e reprodução biológica e social da família enquanto unidade de consumo e produção (Noda, 2000).

O crescimento da consciência ecológica e de suas formas organizadas tende a gerar novos padrões de consumo e, por conseqüência, a demandar estruturas produtivas de base tecnológica diversificada. Assim, o saber tradicional passa a ser

revalorizado. Além disso, mesmo entre os agricultores familiares dos assentamentos rurais, cresce o interesse por sistemas diversificados, ante o fracasso da monocultura após dois ou três anos de cultivo do solo desmatado (Hurtienne, 2005) .

A pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica (densidade populacional e condições de transporte e comunicação), econômica (orientação econômica, incluindo as tecnologias de exploração dos recursos naturais, e dependência em relação ao mercado) e cultural (cultura ecológica e demandas sociais). Como se trata de um produto multicausal existe uma heterogeneidade na relação com o meio ambiente dentro das categorias sociais, que não é equacionável fazendo-se uso de dicotomias do tipo: indígena x não indígena, camponês x agricultor familiar (Lima & Pozzobon, 2005). Assim, por exemplo, há sistemas produtivos de populações ribeirinhas mais sustentáveis do que os desenvolvidos por alguns grupos indígenas. No médio rio Solimões, agricultores familiares de ocupação histórica possuem conhecimentos ecológicos extensos. Embora dependentes do mercado para sua reprodução, a pressão que exercem sobre o ambiente não é da mesma intensidade que alguns povos indígenas porque sua densidade demográfica é regulada por meio de uma alta mobilidade, tanto para outras áreas rurais quanto para urbanas. Esta mobilidade está associada ao cultivo da mandioca pelo sistema de rodízio e ao sistema de posse da terra por direitos adquiridos pelo usufruto, que não prendem a população a um território fixo (Lima & Pozzobon, 2005).

3.3 Componentes dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica

As atividades dos agricultores familiares nas comunidades estudadas são realizadas nas áreas de cultivo (roças e sítios), nas áreas de capoeira, na floresta, nos rios e lagos. Cada um destes ambientes funciona como componente de um sistema complexo onde a aplicação do trabalho humano permite a combinação da agricultura, criação de animais de pequeno porte com extrativismo animal (caça e pesca) e vegetal (Noda, 2006). As representações dos esquemas de arranjos de usos dos solos e dos recursos naturais caracterizam os componentes do sistema de produção tradicional onde se encontram, segundo Noda *et al.* (2007):

Um conjunto de espécies arbóreas frutíferas e outras de uso diverso nas imediações das moradias, percorrendo em direção as matas uma associação de bananeiras (*Musa sp.*) associadas a espécies mais resistentes a inundações, denominado de “terreiro”, “sítio” ou quintal”.

Manchas de cultivos com variedades precoces de mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta*) em miscelânea com hortaliças, denominadas de “roças” ou “roçados”.

Áreas de reflorestamento com crescimento de vegetação natural denominados de “capoeira” oriundas do uso da técnica do pousio (descanso para encapoeirar).

Zonas de vegetação natural denominadas “mata alta” ou “centro” (p. 331-332).

As unidades de paisagem são construídas por meio de processos de atuação humana sobre determinadas porções do espaço pelas atividades produtivas que proporcionam os meios para satisfazer as necessidades de consumo e comercialização (Noda , 2000) desses agricultores familiares.

Bertrand (1971) define a paisagem como certa porção do espaço, resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável.

O sistema de produção da agricultura familiar amazônica expressa níveis de complexidade no manejo dos recursos disponíveis e administração da força de trabalho familiar. Sua estrutura básica é constituída pelos componentes produtivos desenvolvidos nas áreas de cultivo (roças e sítios), nas áreas de capoeira (extrativismo vegetal e animal), na floresta (extrativismo vegetal e animal) , nos rios e lagos (extrativismo animal – pesca) e nas proximidades das áreas de cultivo (criação animal). A geração de produtos dependerá, fundamentalmente, da quantidade de força de trabalho disponível (Noda *et al*, 2006; Noda, 2007).

3.3.1 Roça ou Roçado

Local onde são cultivadas as espécies anuais durante algum período (normalmente dois a três ciclos, dependendo da qualidade do solo). Em seguida, estas áreas são deixadas em descanso, ou pousio, para recuperação de fertilidade e eliminação de plantas invasoras. No ecossistema de terra firme do Estado do Amazonas a área ocupada por esse componente varia de 0,85 a 3,65 hectares por unidade familiar de produção (Noda & Noda, 1994) e na várzea em média de 0,14 a 1,32 hectares (Noda *et al.*, 2000).



Figura 1 - Roça de mandioca em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

3.3.2 A Capoeira ou área de Pousio

São as terras que permanecem em repouso durante um certo período e voltam a ser utilizadas para o cultivo de espécies anuais. Eventualmente, essa capoeira pode ser enriquecida com plantio de espécies frutíferas perenes, caracterizando um “pousio melhorado”.



Figura 2 - Capoeira enriquecida com fruteiras em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

3.3.3 Sítio, Terreiro ou Quintal

Onde são cultivadas as espécies frutíferas, hortaliças, espécies medicinais e eventualmente, essências florestais. Esse componente localiza-se próximo à moradia do produtor e, em muitos casos, é o componente que fornece o maior volume da produção excedente total colocada no mercado (Noda *et al.*, 2007). Noda & Noda (1997) encontraram, em média, de oito a treze espécies frutíferas cultivadas simultaneamente em comunidades de terra firme. Noda *et al.* (1998) encontraram 49 espécies arbóreas, de uso alimentar, medicinal ou madeireira em sítios de comunidades do extremo oeste do Estado do Amazonas.



Figura 3 - Sítio em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

3.3.4 Extrativismo vegetal e animal (caça e pesca)

A extração de produtos vegetais é uma atividade realizada na floresta que constitui um elemento permanente da paisagem. Os produtos extraídos são alimentos, madeira, condimentos, remédios, aromáticos, gomas e fibras. As atividades relacionadas ao extrativismo animal são constituídas pela caça e pela pesca. A caça é praticada nas áreas de floresta não somente da propriedade mas, também, em áreas adjacentes. A pesca é realizada no conjunto da bacia hidrográfica, dando-se preferência, dependendo do período do ano, ao rio principal, igarapés ou lagos. O peixe é o principal alimento protéico dos ribeirinhos amazônicos. Em algumas regiões o produto da caça é um componente importante da dieta.



Figura 4 - Agricultoras preparando peixe para autoconsumo em dia de mutirão.

3.3.5 Criação Animal

Constituída por animais de pequeno porte – aves, suínos, ovinos e/ou caprinos - criados, geralmente, com restos de alimentos e de processamento de produtos.



Figura 5 - Criação animal em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

3.4 Gestão dos recursos

A estratégia mais importante para o agricultor tradicional manter a sustentabilidade do seu sistema produtivo é a de garantir a estabilidade dos níveis de biodiversidade dos ecossistemas por ele manejados. Portanto, preservação dos recursos genéticos ocorre na medida em que é mantida a sustentabilidade do sistema produtivo.

A produção diversificada, além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o autoconsumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas em alimentos da família independe da comercialização do excedente. As crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo mas não inviabilizam sua sobrevivência.

3.5 Agricultura familiar e autoconsumo

As referências sobre a produção para o autoconsumo remetem a autores como Chayanov (1974) e Wolf (1976) que estudaram a organização produtiva e econômica dos camponeses. Estes autores apresentam os conceitos de “consumo

propriamente dito”⁵ e “mínimo calórico”⁶, respectivamente.

Chayanov (1974) concebe a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e também de consumo familiar, atribuindo aos camponeses uma racionalidade que visaria o equilíbrio ótimo entre o consumo e o trabalho familiar. Em última análise, para o autor, a família camponesa se mune de diferentes estratégias para garantir o seu consumo necessário durante o ano, principal pressuposto para se chegar a uma condição de bem-estar dos seus membros. (Gazolla & Schneider, 2007).

Wolf (1976) entende o campesinato como uma unidade de consumo e também de trabalho, coincidindo aí, em grande medida, com o a teoria de Chayanov. Entretanto, Wolf define os camponeses como sociedades que produzem excedentes que lhes são apropriados por grupos dominantes, de uma sociedade mais ampla. Assim, a organização familiar segue o dilema do equilíbrio entre as suas próprias necessidades e as exigências do mundo externo (Gazolla & Schneider, 2007).

Estudos brasileiros também apontam o autoconsumo como dimensão fundamental da organização das unidades familiares (Heredia, 1979; Brandão, 1981; Garcia Júnior, 1983; Woortmann & Woortmann, 1997; Candido, 2001).

Grisa e Scheneider (2008) destacam que o autoconsumo faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores.

O autoconsumo tem uma relação direta com a segurança alimentar ao permitir o acesso a um conjunto diversificado de alimentos sem nenhum processo de intermediação, por meio de valores de troca.

3.6. Agricultura familiar na Amazônia e suas relações com o mercado

A constituição da categoria agricultura familiar regional amazônica liga-se, em grande parte, ao projeto colonial mercantil, como já foi ressaltado anteriormente. A imposição de um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados leva este

⁵ Designação equivalente à produção para o autoconsumo dada por Chayanov (1974)

⁶ Mínimo calórico: consumo diário de calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho (Wolf, 1976).

agricultor à condição de produtor voluntário de mercadorias. Coletor de drogas do sertão, de borracha, de castanha-do-Brasil, de juta e malva (*Urena lobata* L.), agricultor de pequena escala, caçador, pescador, foram vários os trabalhos que lhe couberam ao longo dos diversos ciclos que caracterizaram a história econômica da Amazônia (Benchimol, 1999). O sistema de aviamento e a patronagem consistiram na principal relação de produção da Amazônia, regulando o acesso aos produtos naturais com valor comercial e às mercadorias básicas, para a sobrevivência "civilizada".

Com a queda do aviamento⁷ e conseqüente migração dos antigos patrões para as cidades, os domínios da exploração extrativista passaram a ser ocupados por pequenos assentamentos habitados pelos antigos fregueses, libertos da sujeição comercial. Assim, do domínio mercantil dos patrões, passa-se a ocupação baseada na permanência histórica, mas sem base legal (Lima & Pozzobon, 2005).

Estes agricultores sentiram a pressão da competição por recursos naturais que pecuaristas, pescadores equipados com geleiras e redes, e madeireiros, utilizando tratores e motosserras, impuseram em suas áreas de exploração tradicional. A reação política culminou na organização de movimentos sociais importantes, que encontraram no discurso ambientalista o suporte necessário para suas reivindicações sociais. Das parcerias que formaram com ambientalistas, receberam a denominação "populações tradicionais," como uma maneira de diferenciá-los e reconhecer neles um papel potencial para o desenvolvimento de um novo modelo de uso do ambiente (Carneiro da Cunha & Almeida, 1999).

3.7. Redes

3.7.1 O conceito de rede

Conforme aponta Acioli (2007) falar em redes significa trabalhar com

⁷ O sistema tradicional de aviamento é originário do antigo regime do "barracão", consolidado no final do século XIX durante o ciclo da borracha. Naquela época, os patrões seringalistas controlavam certas bocas de rio, onde estabeleciam seus "barracões", entrepostos comerciais que "aviavam" (adiantavam) mercadorias aos seringueiros, que tinham de pagá-las com borracha. O sistema que sobreviveu à queda da borracha e se transformou em prática corrente em todo o oeste da Amazônia, até nossos dias, é usado para explorar não apenas a borracha natural, mas também outros produtos florestais como cipó, piaçaba, copaíba, peixes ornamentais, frescos, secos e salgados, madeiras, peles, farinha de mandioca e artesanato indígena tradicional. (Lima & Pozzobon, 2005).

concepções variadas nas quais parecem misturar-se idéias baseadas no senso comum, na experiência cotidiana do mundo globalizado ou ainda um em determinado referencial teórico-conceitual. Existe uma diversidade de definições que contém um núcleo semelhante relacionado a imagem de fios, malhas, teias que formam um tecido comum. O termo remete ainda à idéia de fluxo, movimento, indicando aproximação com variadas áreas de conhecimento.

A noção de redes/redes sociais nasce na Antropologia Social. Para Barnes (1972) citado por Acioli (2007) não existe uma teoria de redes sociais, sendo possível a adaptação da noção a diversas teorias. A concepção básica seria que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados são conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade e surge com contornos mais definidos a partir dos trabalhos de Radcliffe-Brow na década de 50 do século XX.

Para Barnes (1987), rede social é um conjunto de relações interpessoais que ligam indivíduos a outros. Essa noção de redes sociais pode ser empregada para vários tipos de situações sociais, na “provisão de serviços e circulação de bens e informações num meio social não-estruturado, manutenção de valores e normas pela fofoca, diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais e urbanas, e assim por diante” (Barnes, 1987).

O conceito de rede será apropriado pelo ambientalismo, tendo como referência fundamental as idéias de Capra (2001), autor de “A Teia da Vida”, que compila as várias contribuições da física, da matemática e da biologia para a compreensão dos sistemas vivos e, especialmente, de seu padrão básico de organização. Capra identifica a rede como esse padrão comum a todos os organismos vivos. “Onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arrançados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes. (...) O padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão de rede capaz de auto-organização.” (Capra, 2001).

Castells (2000), outro autor tido como referência nos estudos de redes, no campo das ciências sociais, analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, que permitiram o crescimento vertiginoso dos fluxos financeiros e de informação e

incrementaram os processos da globalização capitalista. Essas tecnologias fornecem hoje a base material para a impregnação em toda a estrutura social de uma “lógica de redes”, o que seria determinante para a emergência mesmo de uma “sociedade em rede”. Se por um lado, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu o fluxo de capitais pelo planeta, agilizou também a articulação vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

3.7.2 Redes como movimento social

Até os anos 1970, a concepção de movimentos sociais esteve, em geral, associada aos movimentos de caráter revolucionário. Assim, movimentos sociais eram identificados, basicamente, como um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista. Porém, novos movimentos sociais passam a proliferar, com o surgimento de organizações e coletivos lutando pelas causas mais diversas. Surge então o termo “novos movimentos sociais” para designar tais coletivos, que seriam principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. (Machado, 2007).

Contudo, foi somente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, a partir do uso de sistemas de comunicação à distância por meio de computador, que a articulação em rede passou a ter uma nova dimensão, uma função explícita e reconhecida e um papel político decisivo na conquista e manutenção dos direitos sociais (Machado, 2007; Martinho, 2003).

A formação de redes ganhou impulso especial no Brasil na década de 90. As experiências das redes de educação ambiental têm sido pioneiras neste processo. A Rede Brasileira de Educação Ambiental - Rebea e a Rede Paulista de Educação Ambiental – Repea, criadas logo após a RIO 92, são algumas das redes mais antigas do país (Martinho, 2003).

Machado (2007) apresenta um quadro com as principais características dos movimentos sociais em rede:

- 1) Proliferação e ramificação dos coletivos sociais. A rapidez e alcance das novas tecnologias de informação permitem uma proliferação das organizações civis e dos coletivos sociais, assim como uma integração eficiente e estratégica entre os

mesmos; baseada, principalmente, no idealismo e voluntarismo de seus membros.

2) Horizontalidade e flexibilidade das redes. As organizações tendem a ser cada vez mais horizontais, menos hierarquizadas, mais flexíveis, com múltiplos nós.

3) Tendência coalizacional. Atuam crescentemente em forma de rede coalizacionais, de alcance mundial, em torno de interesses comuns e com base na infra-estrutura de comunicação propiciada pela Internet.

4) Existência dinâmica ou segundo objetivos ou fatos. Têm grande dinamismo, podem formar-se, alcançar certos objetivos, causar impacto e repercussão, expandir-se por razão de um fato político e da mesma forma, podem rapidamente se desmanchar ou desaparecer, conforme a situação (passado o fato, com o objetivo alcançado ou o fracasso).

5) Minimalismo organizacional-material. A sede física se tornou irrelevante: fax, telefone ou endereço postal passam a ser itens secundários. A possibilidade de operação a um custo muito baixo incentiva a associação individual, a emergência de novos movimentos sociais e as associações dos movimentos entre si.

6) Universalismo e particularismo das causas. Podem atender a uma ou a um conjunto de aspirações de coletivos sociais pequenos e específicos (e até mesmo, geograficamente separados). No entanto, ainda que ligadas a uma causa ou tema específico, as lutas podem orientar-se cada vez mais com relação a um quadro mais amplo de lutas, que diz respeito a princípios de aceitação universal, como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, direito à autodeterminação dos povos, combate ao racismo e formas de discriminação, democracia, liberdade de expressão etc.

7) Grande poder de articulação e eficiência. Permitem a organização de protestos simultâneos em diferentes cidades e países, assim como a articulação local de vários grupos de manifestantes dispersos.

8) Estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas. As estratégias no espaço dos fluxos são deslocalizadas, buscam ligar identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo compartilhadas. Identidade e solidariedade passam a desempenhar papéis fundamentais para a formação de tais redes.

9) Multiplicidade de identidades / circulação de militantes. Permite a circulação dos militantes nas redes. Um mesmo ativista pode estar “enredado” com outras causas,

com outros atores coletivos; pode militar em vários movimentos e, mesmo transmitir suas reivindicações nas diferentes redes de que participa, por meio de suas conexões identitárias. Como a união de seus membros pode ser apenas específica ou pontual, não é incomum a participação de um mesmo indivíduo, em diferentes movimentos sociais, compartilhando um interesse com pessoas que, em outras dimensões da vida social, têm aspirações, valores e crenças bem diferentes.

10) Identidade difusa dos sujeitos sociais. O anonimato e a multiplicidade de identidades potencializam as formas de ativismo. Por esta mesma razão, é cada vez mais difícil tratar de questões identitárias dos movimentos sociais. Os interesses dos indivíduos que os ligam em redes são cada vez mais cruzados, diversos e freqüentemente tênues. Luta-se cada vez mais em torno de códigos culturais, valores e interesses diversos.

3.7.3 A Rede de agricultores tradicionais do Amazonas - Reata

O processo da criação da Reata foi iniciado em uma reunião na casa de uma família agricultora, onde estiveram presentes seis membros dessa família, onze agricultores de outras comunidades, dois técnicos do Idam e dois técnicos da GTZ, no dia 19 de outubro de 2005, no município de Presidente Figueiredo-AM. Essa reunião se deu por ocasião de um Curso de Criação de Abelhas: *Apis Melifera*, ministrado pela família Schwade, pioneira no trabalho, e que tem acumulado ampla experiência na criação de abelhas, com reconhecimento regional e nacional (Ono *et al.*, 2007).

Na ocasião, os membros da Rede de Agricultores decidiram que suas ações estariam pautadas em treze princípios, transcritos abaixo:

- **A mesa farta** - refere-se à soberania alimentar. Antes de vender o agricultor tem o compromisso de alimentar bem a família. Para isso, deve ter variedade, qualidade e quantidade. A saúde vem dos alimentos, sendo dispensado, portanto, o uso de agrotóxicos e outros insumos químicos. Sucos, raízes, frutas, cereais, mel, produtos da natureza são garantia de vida.
- **Imitando a natureza** - a natureza é diversificada. Vivem juntos animais e plantas de vários tamanhos e formas, uns interagindo e contribuindo com os

outros. A intervenção do homem deve ser no sentido de criar fluxos sustentáveis de energia, pela prática de uma agricultura de base ecológica.

- Trabalhar com e não contra a natureza, tendo em vista que uma agricultura tradicional imita a natureza, reconhece que o solo fértil é aquele que tem uma cobertura arbórea diversificada e múltipla.
- **Sementes caboclas** - a manutenção da vida se dá pela garantia de sementes de qualidade e diversificadas. Guardar semente é guardar vida. Ter semente é ter autonomia para plantar. É a herança que pode ser passada para outras gerações, é garantir um patrimônio;
- **Saúde com a natureza** - a melhor vida é aquela com saúde. Saúde que se consegue com uma mesa farta, higiene, saneamento, água limpa. Porém, quando desequilibra, vêm as doenças. Nesta hora funciona a saúde com a natureza. Neste sentido, o conhecimento tradicional do caboclo identifica plantas e cascas de madeiras que têm propriedades terapêuticas.
- **Troca- troca** - a agroecologia não pode ser praticada individualmente. É coletiva! Através da Rede, estimula-se os laços de solidariedade. A exemplo da natureza, cujo funcionamento requer intensa reciprocidade. Há um troca-troca, onde um alimenta o outro. São extratos diferentes que se complementam.
- **Autonomia** - é uma estratégia da Rede, no sentido de ampliar e fortalecer a capacidade de autonomia da família, além do estímulo de articulação e ampliação das parcerias em prol dos interesses coletivos. Esta poderá ocorrer através do exercício da cidadania, onde se requer a presença dos serviços do Estado como educação, saúde e segurança, bem como, a diminuição e a progressiva eliminação de insumos externos na unidade produtiva.
- **Doce mel** - O estímulo à apicultura e meliponicultura é uma estratégia central da rede. A explicação é que a abelha estabelece uma intensa e ampla reciprocidade com os diversos elementos da natureza. A abelha poliniza o que significa a distribuição e o fomento à vida. A abelha afasta-se com queimadas, isto implica o combate ao fogo. A abelha não aceita o pesticida ou agrotóxico, que implica uma progressiva substituição de elementos

químicos por biológicos e mais, por uma agricultura tradicional onde o manejo dos recursos naturais, oferece o equilíbrio e a fertilidade necessária à produção. A abelha faz mel, própolis, cera e preserva o meio ambiente. A abelha oferece a possibilidade de renda monetária pela venda de seus produtos.

- **Saber caboclo** - a luta pela sobrevivência fez com que caboclo e povos tradicionais desenvolvessem um intenso processo de observação, pesquisa e adaptação de técnicas e procedimentos na floresta amazônica. Por outro lado, a necessidade de superar e ampliar os conhecimentos faz com que a observação e a pesquisa sejam permanentes entre os agricultores. Observar a natureza e buscar aprender com ela é um aspecto valorizado e estimulado pela Rede. A função do técnico é estimular o diálogo entre estes saberes, não impondo, não privilegiando e sim estimulando, refletindo e sistematizando coletivamente novos saberes advindos deste diálogo.
- **Peixe na mesa, no igarapé, nos lagos, no rio** - mas não é apenas o alimento, é a beleza e a diversidade. Por isso, o manejo sustentável e a preservação dos igarapés e outros cursos d'água é uma linha incentivada pela Rede.
- **Raízes da vida** - o plantio e o estímulo ao consumo de hortaliças regionais é uma das características da rede. Produtos como ariá (*Calathea allouia* (Aubl.) Lindl.), inhame (*Dioscorea* sp.), mandioca, cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dunal), batata-doce (*Ipomoea batatas* L.), taioba (*Colocasia* spp. e *Xanthosoma* spp.) e outras são exemplos de raízes, tubérculos e hortaliças que estão sendo produzidos e resgatados pelos agricultores.
- **Beneficiamento** - agregar valor pelo beneficiamento dos produtos é uma exigência para melhoria de renda dos agricultores. Também é uma forma de envolvimento da família no processo econômico. A mulher contribui, enormemente, na economia e tem uma participação efetiva na vida da família. Sua presença se dá em diversas interfaces e sua participação, além de reconhecida, é estimulada. O trabalho da rede é um trabalho da família.
- **Comercialização** - o estímulo à venda em circuitos curtos, diretamente aos consumidores, é outra estratégia e característica da rede. Embora a

prioridade seja com a mesa farta, o excedente deve ser escoado e sua comercialização realizada. Como processo recomenda-se à oferta de produtos diferenciados e que estão na mesa do produtor, com qualidade e sem o uso de agrotóxico e pesticida. A criação de espaços para venda de produtos, a realização de comercialização direta é um desafio a ser alcançado em médio prazo.

- **Água Limpa** - A água é um bem inestimável, vital para a manutenção da vida. Constitui a maior parte da composição fisiológica dos seres vivos, inclusive do homem, estando presente praticamente em todas as suas atividades. As famílias não podem prescindir de seu uso, reconhecendo-se que a saúde humana depende da qualidade do que se ingere. Água é um importante veículo de nutrientes essenciais para o funcionamento dos organismos biológicos, sendo diretamente assimilados através da corrente sanguínea. Não se pode viver sem água, logo ela é sinônimo de vida. A água está constantemente presente no dia-a-dia, seja no preparo, manipulação e conservação de alimentos, na limpeza doméstica ou no consumo e higiene humanos. Quando utilizada no processamento de frutos para produção de doces, geléias e compotas, a água deve ser limpa, livre de qualquer impureza. Portanto, deve haver preocupação em preservar os mananciais, evitando o desperdício, a contaminação e a poluição das fontes naturais, pois a mãe natureza depende do ciclo da água para assegurar o perfeito equilíbrio dos ecossistemas e assim garantir a vida no planeta.

Segundo Ono *et al.* (2007), desde a sua criação, o trabalho da Reata vem se intensificando nos municípios contando com a participação dos técnicos do Idam que, em conjunto com os agricultores, procuram identificar os principais problemas e interesses a ser trabalhados. O papel dos técnicos seria atuar como articuladores, promovendo encontros locais entre as famílias e desenvolvendo trabalhos conjuntos.

Os principais problemas apontados pelos técnicos para o desenvolvimento do trabalho são: i) dificuldades financeiras dos escritórios locais para os trabalhos nas propriedades, insuficiência de recursos para alimentação em campo, combustível, transporte e equipamentos; ii) insuficiência ou inexistência de materiais e equipamento para os agricultores (saquinhos de mudas, caixas de abelhas,

fumegadores, ferramentas etc.); iii) grandes distâncias intermunicipais e entre comunidades de um mesmo município; iv) a escassez de tempo por parte dos técnicos locais que, atualmente, precisam assistir um número de agricultores superior ao aceitável.

O grupo de articuladores da Reata avalia como resultados do trabalho que: i) os agricultores têm demonstrado um novo modo de se relacionar com a natureza, aprendendo com ela por meio da observação de seu funcionamento, o que tem levado a mudanças no estilo de produção; ii) significativas melhorias nas relações interpessoais do grupo, tanto entre os agricultores por meio do exercício de maior solidariedade, reciprocidade, auxílio mútuo, trabalho coletivo, troca de sementes, produtos e saberes, quanto na relação entre técnico e agricultor, onde se percebe uma forma diferente de se fazer extensão rural a partir de uma abordagem agroecológica participativa; iii) maior preocupação dos agricultores em relação à soberania alimentar, com a diminuição da dependência de insumos externos e maior aproveitamento dos recursos disponíveis na natureza; iv) resgate e a valorização das hortaliças e tubérculos regionais que estavam de certo modo esquecidos; v) percepção, por parte dos agricultores, que o aumento da renda está diretamente ligado à agregação de valor aos produtos por meio do beneficiamento; vi) a priorização do planejamento; vii) os agricultores estão exercitando a construção de soluções dos problemas comuns de forma coletiva na própria comunidade, não esperando que venham soluções “prontas” de fora.

4. MÉTODO E TÉCNICAS

A pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos foram obtidos por meio do levantamento realizado pela Rede de Estudos das Condições Amazônicas de Vida e Ambiente – Rava, realizado no âmbito do projeto “Fortalecimento do Consórcio Iniciativa Amazônica para o Uso Sustentável de Recursos Naturais”, aprovado pelo Fundo de Desenvolvimento Institucional do Banco Mundial, em agosto de 2007. O projeto envolve doze localidades, em sete países amazônicos. Nesta dissertação foram analisados os dados referentes às unidades familiares filiadas à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas, Reata, no município de Itacoatiara, na mesorregião do Médio Amazonas, estado do Amazonas. O levantamento se baseia em questionários-formulários (Anexo), aplicados por equipes de técnicos do Idam, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas, em cinco visitas, durante o ano de 2008, às unidades familiares. O levantamento registrou dados referentes a 48 unidades familiares filiadas à Reata, distribuídas em 18 comunidades, no município de Itacoatiara, cuja sede dista da capital 175 km em linha reta e 201 km por via fluvial (Figura 6).

As escolhas dos agricultores relacionadas a auto-consumo e comercialização, bem como as percepções sobre a qualidade dos recursos naturais, existência ou não de exploração predatória: sobrepesca e desmatamento foram verificadas a partir da abordagem qualitativa, representada, no caso, por entrevistas com roteiro prévio, gravadas em visitas às áreas produtivas.

O método de investigação empregado foi o Estudo de Caso. Trata-se de um método indicado quando o objeto de pesquisa é elaborado na forma “como” e “por quê?”; quando o controle que o investigador tem sobre os eventos é muito reduzido; ou quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto de vida real (Yin, 2005). Estudos de Caso combinam várias fontes de evidências, como análise de documentos, entrevistas, além da observação direta.

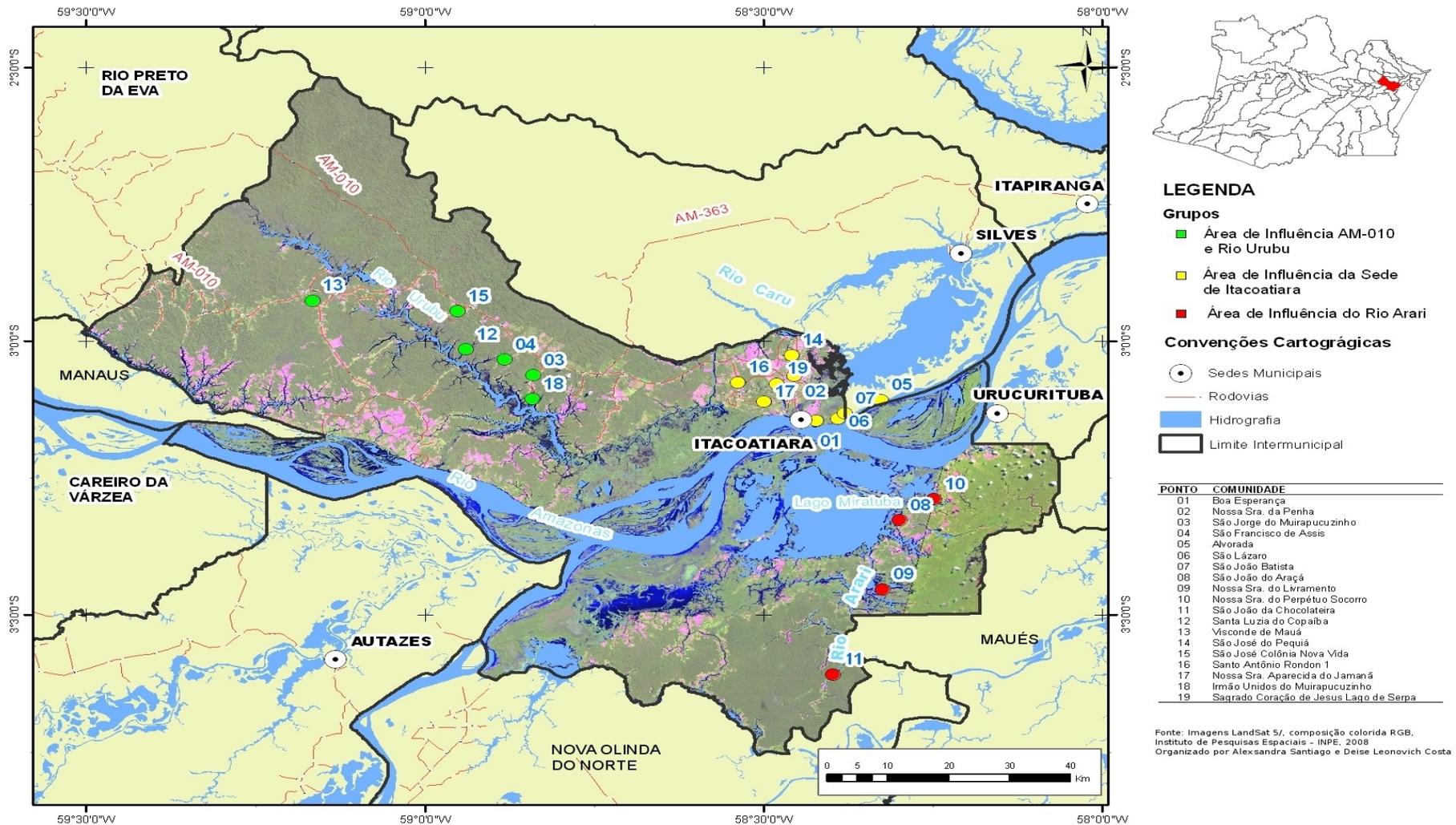


Figura 6 - Localização das comunidades com agricultores familiares filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.

A impossibilidade de generalização científica representa um dos mais freqüentes questionamentos em relação ao método Estudo de caso. Entretanto, é necessário observar que estudo de casos, do mesmo modo que os experimentos científicos, são generalizáveis para proposições teóricas e não para populações ou universos. O objetivo do pesquisador que utiliza este método é propor explicações e expandir teorias (generalização analítica) e não enumerar freqüências (generalização estatística). Assim, a análise de casos permite a observação de evidências em diferentes contextos, pela replicação do fenômeno, sem se considerar a lógica da amostragem (Yin, 2005).

Os técnicos que assessoram a Reata disponibilizaram documentos sobre a formação da Rede, dados cadastrais e pareceres de consultores sobre as atividades da rede. Estes documentos foram analisados.

A sistematização dos dados teve por objetivos identificar e quantificar a produção para o autoconsumo e para comercialização, identificando, ao mesmo tempo, as condições de acesso aos recursos terra, água e floresta.

“Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (Duarte, 2004).

Neste estudo entende-se por produção para o autoconsumo a parcela de produto obtida nos diferentes componentes dos sistemas de produção familiar amazônico: roça, sítio, extrativismo vegetal e animal e criação destinada ao consumo da família.

O levantamento dos produtos autoconsumidos e/ou comercializados ocorreu com a utilização de questionários-formulários trimestrais. Foi solicitado aos entrevistados que, estimassem em unidades locais de medida (unidades, sacas, cachos, litros, quilos, etc.), as quantidades dos produtos destinados ao autoconsumo e/ou à comercialização. Solitou-se ainda que declarassem os valores recebidos quando os produtos foram comercializados, ou uma estimativa de valor no mercado local do produto destinado ao autoconsumo. As trocas e doações foram tidas como autoconsumo. Optou-se trabalhar com renda bruta, dadas as dificuldades de calcular custos de produção em unidades familiares, onde o trabalho não é visto como elemento dos custos de produção, o mesmo ocorrendo com insumos locais. Além

disso, seria ainda mais complexo separar despesas que incorrem sobre a produção para autoabastecimento daquelas ligadas à produção para a venda. As respostas dos entrevistados aos questionários compuseram um banco de dados gerado no programa Microsoft Access (Microsoft Corporation, Redmond, Washington, USA). A partir deste banco de dados foram geradas planilhas, utilizando-se o programa Gnumeric, disponível no ambiente de trabalho GNU-Linux. Estas planilhas foram importadas para o R-Project, software livre para a elaboração de análises matemáticas e estatísticas.

Para a organização dos dados referentes à renda estimada trabalhou-se com a medida de tendência central mediana, menos sensível a valores extremos, que outras medidas, como a média.

Cabe ressaltar que as unidades familiares não podem ser analisadas e tratadas a partir dos conceitos e princípios utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista, já que os agricultores familiares organizam seu trabalho e sua produção não com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender o bem-estar de sua família e permitir sua reprodução social (Grisa, 2007).

O conjunto de informações recolhidas junto aos entrevistados foi organizado em dois eixos temáticos: autoconsumo e comercialização de produtos da agricultura familiar. Os resultados foram cruzados, posteriormente, com registros de observações de campo, dados quantitativos publicados e demais materiais obtidos acerca da temática do estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Distribuição geográfica

A distribuição geográfica das unidades familiares apresenta quatro tendências (Quadro 1):

- unidades familiares localizadas nas proximidades da sede do município de Itacoatiara, na unidade de paisagem de terra firme. O componente roça tem importância destacada, relacionada à produção de farinha de mandioca. Em algumas unidades, a extração de madeira para carvoaria é a principal atividade econômica. Parte da produção de frutíferas, obtida no componente sítio, e a própria farinha de mandioca são comercializadas, predominantemente, na Feira do Produtor Rural em Itacoatiara. As localidades que compõem esse grupo são: Boa Esperança, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora Aparecida do Jamanã, Santo Antônio/Colônia Rondon I, Sagrado Coração de Jesus/Lago de Serpa e São José/Colônia do Pequiá.
- unidades familiares localizadas nas proximidades da sede do município de Itacoatiara, na unidade de paisagem várzea, com forte influência da sazonalidade do Rio Amazonas. O consórcio cacau/seringueira e frutíferas, sobretudo taperebá (*Spondias mombin* L.), se destaca dentro da produção comercializada. A produção de hortaliças e a pesca extrativista também são atividades ligadas à comercialização. As localidades que compõem esse grupo são: São Lázaro, São João Batista e Alvorada.
- unidades familiares localizadas ao longo da rodovia AM-010. Há predomínio do ecossistema de terra firme. O componente roça tem importância destacada, relacionada à produção de farinha de mandioca. Em algumas unidades, a extração de madeira para carvoaria tem importância econômica. Parte da produção de frutíferas, obtida no componente sítio, e a própria farinha de mandioca são comercializadas predominantemente na Feira do Produtor Rural, em Itacoatiara. As localidades que compõem esse grupo são: Irmãos Unidos do Muirapucuzinho, São Jorge do Muirapucuzinho, São Francisco de Assis, Santa Luzia do Copaíba e São José/Colônia Nova Vida.
- unidades familiares localizadas na região do Rio Arari, à margem direita do Rio Amazonas. A influência da sede do município (localizada na margem

esquerda do Amazonas) é menor. Estas unidades familiares permanecem, pelo menos, três meses do ano, no período da seca, sem transporte direto para a cidade. A produção de farinha de mandioca, no componente roça, e o extrativismo animal/pesca são destinados, sobretudo, ao autoconsumo. A pecuária bovina aparece como componente de relevância. As localidades que compõem esse grupo são: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro/Vila Batista, São João do Araçá, Nossa Senhora do Livramento e São João do Chocolateira.

Quadro 1 - Número de agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas entrevistados no levantamento Rede Amazônica das Condições de Vida e Ambiente em Itacoatiara, AM e suas respectivas comunidades

Áreas de influência	Comunidade	Nº. de agricultores entrevistados
Área 1 Sede do Município de Itacoatiara, Terra Firme	Boa Esperança	14
	Nossa Senhora da Penha	6
	Nossa Senhora Aparecida do Jamanã	1
	Santo Antônio/Colônia Rondon I	1
	Sagrado Coração de Jesus/Lago de Serpa	3
	São José do Pequiá	1
Área 2 Sede do Município de Itacoatiara, Várzea	São Lázaro	3
	São João Batista	1
	Alvorada	2
Área 3 Rio Urubu e Rodovia AM- 010	Irmãos Unidos do Muirapucuzinho	1
	São Jorge do Muirapucuzinho	2
	São Francisco de Assis	2
	Santa Luzia do Copaíba	2
	São José/Colônia Nova Vida	2
Área 4 Rio Arari	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1
	São João do Araçá	3
	Nossa Senhora do Livramento	1
	São João do Chocolateira	2
Total		48

5.2 Rural e urbano

O transitar entre o “interior” e a sede municipal é uma marca forte observada nas unidades familiares. Está relacionado a diferentes motivações: comercialização de produtos em feiras, busca por serviços públicos, normalmente saúde e educação, e muitas vezes, residência. Mesmo que membros da família morem na cidade, isto não redundava, necessariamente, em abandono da atividade agrícola (Pantoja, 2005). Este fato pode ser verificado na Comunidade Boa Esperança, onde a maioria dos agricultores de várzea possuem moradia na cidade, porém a atividade agrícola permanece como fonte de alimento e renda para os grupos familiares. Em alguns casos os aposentados permanecem nas comunidades, enquanto outros membros da família residem nos centros urbanos.

5.3 As “Comunidades”

Os grupamentos humanos encontrados no interior da Amazônia são frequentemente denominados “comunidades”. O termo designa “núcleos domiciliares de parentelas que compartilham um espaço comum de moradia e desfrutam de áreas de pesca, coleta e de territórios próximos, nem sempre contíguos à comunidade, para o trabalho agrícola” (Reis, 2005). O termo tem sua origem em ações missionárias da igreja católica, iniciadas nos anos 60, e carrega a conotação de coletividade ligada às orientações do movimento popular católico.

Reis (2005) comenta que até a década de 1950 a autoridade dos grupamentos locais centralizava-se nos “patrões”. A partir da crise do sistema de aviamento, as localidades passam a adotar o padrão de organização católico.

Apesar da conotação de comunhão que o termo comunidade evoca são comuns as divergências internas. Os grupamentos mantêm a organização baseada nas relações de parentesco entre famílias dominantes (mais antigas, numerosas ou prestigiadas) e as demais. Como pode ser observado na fala transcrita abaixo:

“Aqui a maioria é família. Aqui nessa estrada aqui é só quase uma família, família Marques. A tuxaua da família é minha sogra. Essa estrada aqui tudinho é parente. Mas não é porque é só uma família que é facilidade.”

Outros grupamentos foram formados por agricultores que, após períodos em trabalho assalariado e moradia na cidade, mobilizaram-se em movimentos de acesso à terra, em geral, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara:

“Porque a gente plantava, o gado do homem invadia tudo as plantas da gente, aí nós veio embora de lá nos anos de oitenta e dois, nós viemos para cá (Itacoatiara) e até hoje estou por aqui. Eu me empreguei nessas firmas aí, passei um tempo aí. Passei 11 anos na Carolina (empresa madeireira). E saí. Com a idade, eles não querem mais pegar ninguém. Aí eu peguei e me juntei com este pessoal aqui em 2000 e tô oito anos aqui já.”

Outros grupos se formaram após eventos naturais de dimensão excepcional,

como a cheia de 1969, que desarticulou a organização dos sistemas de produção de várzea. Estes agricultores passaram então a ocupar áreas de terra firme, organizados também pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara.

Dessa forma, ao lado da ocupação histórica da agricultura familiar na Amazônia, outros modelos de caráter institucional buscam afirmação como as associações, cooperativas e, mais recentemente, os dos movimentos ambientais, como as redes sociais. Esta sobreposição de formas de organização social é evidenciada pela própria denominação das localidades em estudo, que, muitas vezes, combinam referências religiosas, como nomes de santos venerados na Igreja Católica; modalidades de organização social laicas, como Colônia e Associação e referências a elementos naturais das unidades de paisagem como nomes de rios, igarapés, lagos e plantas (Quadro 2).

Quadro 2 – Origens dos nomes dos grupamentos de agricultura familiar na área de estudo

Nome	Influência religiosa	Organizações de inspiração democrática	Elementos da paisagem
Boa Esperança	Comunidade	Colônia Associação	
Nossa Senhora da Penha	Comunidade Nome de santa venerada na igreja católica	Associação	
Nossa Senhora de Aparecida do Jamanã	Comunidade Nome de santa venerada na igreja católica		Nome de igarapé
Santo Antônio/Colônia Rondon I	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica	Colônia	
São José/Colônia do Pequiá	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica	Colônia	Nome de fruta
São Lázaro	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		
São João Batista	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		
São João Batista	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		
Irmãos Unidos do Muirapucuzinho	Comunidade		Nome de árvore
São Jorge do Muirapucuzinho	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		Nome de árvore
São Francisco de Assis	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		
Santa Luzia do Copaíba	Comunidade Nome de santa venerada na igreja católica		Nome de árvore
São José/Colônia Nova Vida	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católic	Colônia	
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro/Vila Batista	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica Nome de igreja evangélica		
São João do Araçá	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		Nome de fruta
Nossa Senhora do Livramento/Estanislau	Comunidade Nome de santa venerada na igreja católica		Nome de lago
São João do Chocolateira	Comunidade Nome de santo venerado na igreja católica		Nome de igarapé

5.4 Os grupamentos humanos por área de influência

5.4.1 Área de influência do núcleo urbano de Itacoatiara: unidade de paisagem terra firme

Comunidade Boa Esperança



Figura 7 – Sede da Comunidade Boa Esperança

Localização geográfica da sede

Latitude: - 03° 08' 41,95767"

Longitude : - 58° 25' 24,13933" W

Situa-se nas proximidades do Bairro da Paz, à leste da sede do município de Itacoatiara, na transição entre o núcleo urbano e a área rural.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade situa-se nas unidades de paisagem terra firme e várzea do Igarapé Ingaipaua. A vegetação remanescente na terra-firme é formada por capoeiras em pousio, a vegetação nativa foi subtraída para uso agrícola do solo. A vegetação de várzea é composta por fragmentos de Floresta tropical aberta e Aningais⁸. A topografia da região é plana.

Histórico e perfil

⁸Aningal: formação caracterizada por plantas herbáceas e arbustivas que chegam a atingir relativo porte. Estas zonas são dominadas por Aninga (*Montrichardia arborescens* Scott) e Atúria (*Drepanocarpus lunatos*. Schott.) (Brondízio *et al.*, 1993)

A Comunidade foi formada em 1992, principalmente por desempregados das indústrias madeireiras e pescadores artesanais, com experiência em atividade agrícola, porém sem acesso à terra. Após várias reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, souberam da possibilidade de trabalhar na área que ocupam atualmente e que, na época, pertencia à União (setor da várzea) e ao Município (setor de terra-firme). Após negociações com a Portobrás⁹ e com a Prefeitura Municipal de Itacoatiara as terras foram cedidas para atividades produtivas ao grupo. Inicialmente a terra foi trabalhada de forma coletiva. Em 1993 os agricultores pleitearam financiamento junto ao Basa, por meio do FNO-Especial, para o plantio de mandioca, citrus (*Citrus spp.*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex. Spreng.) Schum.). Os recursos foram liberados, porém a implantação das culturas apresentou vários problemas não previstos pelo grupo: pouca disponibilidade de área adequada para a implantação de culturas perenes não adaptadas a alagações; falta de assistência técnica; ausência de análise de solo para orientar adubação; aquisição de mudas de frutíferas de baixa qualidade. Estes problemas implicaram em um prejuízo quase total, que redundou em endividamento junto ao banco e impactou a própria organização do grupo, que decidiu então dividir a área em lotes particulares, em 1994. No ano de 1997, a comunidade sofreu com um grande incêndio devido a uma queima não controlada, para implantação de roça de mandioca que dizimou o que restava do trabalho inicial. Até os dias atuais a legalização do acesso à terra é uma questão não resolvida que implica em disputas internas: não há documentação que demonstre qual é realmente o tamanho de cada lote. Recentemente, em 21 de junho de 2009, representantes da Secretaria do Patrimônio da União - SPU e do Instituto de Terras do Amazonas – Iteam, visitaram a Comunidade. Esta visita é tida como um marco das ações de regularização fundiária das várzeas no Estado do Amazonas ¹⁰.

⁹ A Empresa de Portos do Brasil – Portobrás, foi criada pela Lei 6222 de 10.07.1975 para administração e gestão dos portos e das hidrovias em todo o território nacional. A Empresa foi extinta por intermédio da Lei n.º 8.029, de 12.04.90, ficando a União responsável por seus direitos e obrigações (Goularti Filho, 2007).

¹⁰ Na ocasião, os representantes dos órgãos de Estado esclareceram para os comunitários que o documento titulatário das áreas de várzea chama-se Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, é expedido pelo SPU e não dá direito à venda ou repasse dos lotes. O CDRU pode ser expedido de forma individual ou coletiva. Na segunda quinzena de setembro de 2009, período de vazante, os técnicos marcaram um retorno à comunidade para realização de um diagnóstico fundiário completo, com medição das áreas de várzea. Neste mesmo período os comunitários deverão se pronunciar sobre a expedição entre títulos individuais ou título coletivo. Notícia publicada no site oficial do Iteam, sob o título “Boa Esperança é a primeira na regularização das várzeas.”, (<http://www.iteam.am.gov.br/noticia.php?cod=92>), acessado em 25.06.2009.

A Comunidade é composta por 86 famílias, porém apenas cerca de 30 famílias moram em seus lotes. Dentre os cultivos agrícolas destacam-se: lima ácida “Tahiti” [*Citrus limon* (L.) Burm.], graviola (*Annona muricata* L.), urucu, banana (*Musa* sp.) , cupuaçu, macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), feijão [*Vigna unguiculata* (L.) Walp], jerimum (*Cucurbita maxima* L.), ingá (*Inga* spp.), taperebá, milho, cana-de-açúcar, maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia [*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. & Nakai], castanha-do-Brasil e cacau. Os comunitários reúnem-se, costumeiramente, às quartas-feiras no centro social da Comunidade, onde discutem seus problemas, limpam a área comunitária, realizam trabalhos de infraestrutura comunitária como construção/reforma de pontes, cozinha, barracão, etc. Grande parte de seus componentes faz parte da Reata – Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas. Juridicamente o grupo é representado pela Associação da Colônia Boa Esperança. As mulheres possuem um grau elevado de organização o que se traduz nas atividades do grupo, destacando-se na realização de trabalhos coletivos como oficinas de artesanato e cultivo de plantas medicinais.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças era o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. Porém, com a subdivisão da área em pequenos lotes, os agricultores tem dado preferência a outras atividades como a produção de frutíferas em quintais. Os agricultores ligados à Reata iniciaram um trabalho para a enriquecimento de parte da área ainda florestada, com plantio de castanheiras e frutíferas, principalmente gravioleira e taperebazeiro.

Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Jamanã

Localização geográfica da sede

Latitude: S -03° 06' 40,37893"

Longitude : W -58° 30' 02,08167"

Localiza-se entre o Km 3 da Estrada do Jamanã e o Km 4 da Estrada do Aeroporto, com acesso por meio da Estrada AM-010, no Km 3. Encontra-se a 10 Km da sede

do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade se situa na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada, com predominância de terrenos planos. A vegetação predominante é de Floresta Tropical Densa, perfazendo cerca de 1946 hectares, 180 hectares são ocupados por capoeira com mais de cinco anos, 20 hectares com capoeiras com menos de cinco anos e 242 hectares cultivados com sistemas agroflorestais, roças de mandioca e outros. A vegetação ciliar do Igarapé do Jamanã foi, em grande parte, suprimida para o plantio de mandioca, porém, alguns agricultores estão recuperando a área de preservação permanente com espécies como castanheira-do-Brasil, cumaru (*Dipteryx odorata* Willd.), entre outras. No lago do Jamanã há formação de igapós, com predominância de vegetação típica de aningal.

Histórico e perfil

A Comunidade foi formada por agricultores que moravam no cidade de Itacoatiara, porém, sem acesso à terra. A área foi ocupada em 1990 e atraiu também agricultores provenientes de Manaus. Desde o processo que culminou na ocupação, até os dias atuais, ocorreram vários litígios entre os posseiros e pessoas que se apresentaram como proprietárias da área. Mesmo com a interferência do poder público, este conflito ainda não foi resolvido. Recentemente, imaginava-se que a regularização da posse estivesse próxima de ocorrer, porém, uma nova pretensa proprietária reivindicou a propriedade das terras junto à Justiça. Frente à instabilidade relacionada à legalização do acesso a terra, muitos agricultores já deixaram a área, vendendo as benfeitorias realizadas a novos posseiros. Como a situação fundiária ainda não foi resolvida, as 60 famílias (300 pessoas), que formam atualmente a Comunidade não tem acesso ao crédito rural.

As famílias residem, predominantemente, na sede do Município de Itacoatiara, dedicando-se, durante o dia o dia, às atividades agrícolas, retornando para as suas casas, após a jornada de trabalho.

Cada lote tem, em média, 20 hectares. As principais plantas manejadas nos componentes roça e sítio são mandioca, macaxeira, cupuaçuzeiro, coqueiro (*Cocos nucifera* L.), cacaeiro, castanheira-do-Brasil, cumaruzeiro e ingazeiro.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

Parte dos agricultores prepara a roça de mandioca no sistema de corte e queima. Alguns agricultores realizam o aproveitamento da madeira para a fabricação de carvão vegetal, vendido em Itacoatiara, por eles próprios e por intermediários. Os agricultores filiados à Reata, nesta comunidade, manifestam preocupação diante do desmatamento e tem promovido iniciativas de recuperação de áreas, com o plantio de espécies nativas com potencial econômico, como castanheira-do-Brasil, andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), cumaruzeiro, copaibeira (*Copaifera multijuga* Hayne), cacaeiro, entre outras.

Comunidade Nossa Senhora da Penha



Figura 8 – Sede da Comunidade Nossa Senhora da Penha

Localização geográfica da sede

Latitude: - 03° 03' 50,97358" S

Longitude : - 58° 27' 21,78540" W

Localiza-se no Km 2 da Estrada Adolfo Olímpio, com acesso por meio da Estrada AM-010, no Km 8. Encontra-se a 10 Km da Sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade encontra-se na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região é plana. A vegetação predominante é composta por capoeiras em pousio, sendo que poucas propriedades ainda mantêm fragmentos de Floresta Tropical Densa.

Histórico e perfil

A comunidade é composta basicamente por dois grupos, integrantes das famílias Lima e Marques, atualmente na quarta geração. A área é ocupada, desde 1953, por estas famílias, mas somente em 1982 a Comunidade Nossa Senhora da Penha foi fundada. A sucessão, com a divisão de lotes entre herdeiros, por vezes tem gerado disputas internas. Não há uma documentação que formalize a posse das terras. Atualmente, 18 famílias tem se mobilizado para a formação de uma associação de

agricultores familiares para a recuperação de práticas ligadas ao trabalho coletivo, como os mutirões.

A população atual, composta por 53 famílias, aproximadamente 228 pessoas, ocupa lotes de terra com quatro hectares, em média. A cultura principal é a mandioca, produzida no sistema de corte e queima, com pousio de capoeiras, para a produção de vários produtos: farinha-de-mandioca, goma e tucupi. O componente sítio é presente na totalidade das unidades, com diversas plantas perenes: laranjeira (*Citrus sinensis* L.), cupuaçuzeiro, goiabeira (*Psidium guajava* L.), açazeiro (*Euterpe precatoria* Mart.; *E. oleracea* Mart.), coqueiro, limoeiro, gravioleira, castanheira-do-Brasil, entre outras.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. A indisponibilidade de área tem diminuído o intervalo médio de pousio para cerca de dois anos. A área remanescente de Floresta Tropical Densa é de aproximadamente 20%, em relação à área total. Os agricultores ainda não visualizam alternativas ao sistema de manejo empregado atualmente, apesar de perceberem que a diminuição dos períodos de pousio pode inviabilizar as roças no futuro.

Comunidade Santo Antônio – Colônia Rondon I



Figura 9 – Sede da Comunidade Santo Antônio – Colônia Rondon I

Localização geográfica da sede

Latitude: -03 04' 31,9" S

Longitude : -58 32' 23,3" W

Localiza-se no Km 5 da Estrada Colônia Rondon, pavimentada em toda a sua extensão, com acesso por meio da Estrada AM-18. Encontra-se a 18 Km da Sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade situa-se na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada, com predominância de terrenos planos. A vegetação predominante, atualmente, é de capoeiras em pousio, a vegetação nativa foi subtraída para uso agrícola do solo, com o cultivo de mandioca. A comunidade está localizada nas imediações do Lago do Aibu, onde os agricultores realizam pesca para autoconsumo.

Histórico e perfil

Na década de 70, um grupo de agricultores de várzea, atingidos pela enchente do Rio Amazonas em 1969, que acarretou grandes perdas agrícolas, ocuparam as terras que originariam a Colônia Rondon. Esses agricultores eram ligados ao

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara. Na época da criação da Colônia, houve um litígio com um grande fazendeiro que se declarou proprietário das terras. Em 1976, houve intermediação do Governo do Estado, por meio da Sepror, quando foi realizada a demarcação e a distribuição dos lotes para os agricultores familiares. A demarcação consistiu na divisão da área em 48 lotes, sendo 24 lotes com 24 hectares e 24 com 30 hectares. Os ocupantes dos lotes receberam, na ocasião, o título definitivo da terra. Algumas famílias que participaram do movimento de ocupação das terras não receberam lotes, decidiram então formar uma outra Colônia que denominaram de São Pedro da Colônia Rondon II, nas proximidades da Colônia Rondon, que viria se chamar mais tarde Santo Antônio Colônia Rondon I. Em 1985 muitos agricultores aderiram ao Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - Probor¹¹, que financiava o plantio de seringueira. O Projeto previa a instalação de cinco hectares da cultura em cada lote. A produção, porém foi muito baixa porque as mudas (clones) não eram adaptados às condições edafoclimáticas da região. Os agricultores foram anistiados da dívida adquirida, já que ficou comprovado o erro técnico. Ainda hoje são encontradas algumas árvores remanescentes desta época. Os agricultores formaram, em 1994, a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Colônia Rondon I, motivados pela possibilidade de obterem um novo financiamento, agora para a produção de cupuaçu com recursos do FNO-Especial, atualmente Pronaf. O baixo retorno comercial do projeto, e o consequente endividamento, gerou desmotivação nos associados, que nos dias atuais, renegociam suas atividades individualmente junto ao Pronaf.

Muitos agricultores que participaram do processo de formação da Colônia Rondon I venderam seus lotes e migraram para a cidade de Itacoatiara. Os novos proprietários, em geral, optaram pela formação de pastos para a criação de gado bovino.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizada para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. A pouca disponibilidade de área tem diminuído o

¹¹ Este programa de incentivo à produção da borracha vegetal foi instituído em 1972 pelo Decreto-Lei nº. 1232 e visava financiamento e assistência técnica permanente aos investidores para assegurar a revitalização da atividade e maior aproveitamento da borracha vegetal e de seus derivados, face ao declínio da produção natural e à demanda do setor industrial.

intervalo médio de pousio. Os agricultores ainda não visualizam alternativas ao sistema de manejo empregado atualmente, apesar de perceberem que a diminuição dos períodos de pousio pode inviabilizar as roças no futuro. Há presença de pastagens. Existem apenas fragmentos de floresta nativa.

Comunidade Sagrado Coração de Jesus – Lago de Serpa

Localização geográfica da sede

Latitude: S -03 04' 41,15235"

Longitude : W -58 28' 55,76527"

A comunidade está localizada às margens do Lago de Serpa, com acesso terrestre pelo ramal do Serpa (1,8 Km de extensão) que corta a Estrada AM-010 no Km 09. Encontra-se a 10,8 Km da Sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade situa-se na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região é plana. A vegetação predominante, atualmente, é de capoeiras em pousio, a vegetação nativa foi subtraída para uso agrícola do solo e fabricação de carvão vegetal. Um número reduzido de propriedades mantém fragmentos de Floresta Tropical Densa. A vegetação ciliar original, às margens do lago de Serpa, foi praticamente suprimida, sendo substituída pelo plantio de gramíneas para criação de gado bovino e bubalino. No lago há formação de igapós, onde predomina a vegetação típica de aningal.

Histórico e perfil

A maior parte da população local é descendente de quilombolas, que se instalaram na região por volta do ano de 1903. Segundo os relatos dos moradores atuais mais velhos, as atividades de extrativismo da castanha-do-Brasil, pesca, caça e fabricação de carvão vegetal em caieiras¹² têm sido realizadas desde as primeiras gerações que se estabeleceram na área. A maior parte dos comunitários não possui documentação que comprove a posse da terra. A terra tem sido objeto de litígios entre os posseiros e pretensos proprietários, há décadas, e ainda ocorre nos dias

¹² Vide definição e características em “Práticas de uso e manejo agroflorestal”, p.42.

atuais. No período da vazante, pescadores profissionais, oriundos da cidade, buscam o Lago do Serpa, bastante piscoso e de localização próxima ao núcleo urbano de Itacoatiara. A pesca comercial é fonte de conflito com os moradores da Comunidade, que realizam a pesca, predominantemente, para autoconsumo. A produção de carvão vegetal, principal atividade econômica dos comunitários, atualmente está em declínio em decorrência do aumento no rigor na legislação ambiental. Sem perceber alternativas econômicas que substituíssem a carvoaria, os agricultores têm vendido as benfeitorias nas suas terras, para pessoas da cidade de Itacoatiara que buscam a beleza cênica do Lago de Serpa.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizada para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras.

A produção de carvão vegetal é realizada em caieiras. A caieira é um método antigo baseado em experiências das populações tradicionais. As suas dimensões são estabelecidas em palmos. Para construir uma caieira são medidos vinte e cinco palmos de comprimento e oito palmos de largura. No corte da madeira que será transformada em carvão são necessários dois dias, quando se usa o machado, e duas horas, usando a motosserra. As pilhas de material tem o comprimento de dois metros de largura e um metro de altura, toda a madeira é empilhada e são necessários dois dias para arrumar a caieira e um dia para cobrir a madeira com a terra. As caieiras possuem “suspiros”, orifícios por onde entra o ar. Ao centro, no lado mais estreito da caieira, fica uma cavidade, por onde é ateado o fogo. O fogo é iniciado na frente da caieira, quando a fumaça é observada na porção final da caieira, significa que a queima está no fim. Em geral, a queima leva três dias, porém a duração do período de queima depende muito do conhecimento e da experiência do produtor. Às vezes, para evitar o escorregamento da terra, são dispostas varas verticais que sustentam as outras, colocadas na posição horizontal. Uma pessoa demora três dias para retirar o carvão e três pessoas levam um dia. Utilizando um ancinho de madeira, é separado todo o carvão da terra. Ao final do processo, joga-se um pouco d’água para apagar o fogo, logo em seguida o carvão é embalado em sacos de ráfia. Uma caieira produz, em média, quarenta e cinco sacos de carvão, (Rodrigues e Silva, 2006).

No Lago do Serpa a produção de carvão é semanal. O peso do carvão é

influenciado pela espécie usada na produção, segundo informações dos produtores, a espécie mais utilizada é conhecida como “folha fina”, facilmente encontrada em capoeira. Espécies de mata fechada produzem carvão mais pesado. O carvão é produzido por famílias que estão diretamente ligadas a produção agrícola, com o aproveitamento parcial da madeira, que é derrubada para o plantio de roçado. O produtor desempenha as diferentes funções no processo: corte da lenha, montagem das caieiras, separação do produto final da terra e ensacamento. Nas duas últimas etapas é comum a participação feminina, juntamente com os filhos. A comercialização da produção de carvão dos produtores do Lago do Serpa é feita diretamente pelos produtores, em Itacoatiara, para proprietários de restaurantes, churrasarias e mercearias, ou por intermediários. A grande dificuldade encontrada, pelos produtores da comunidade do Lago do Serpa, é a falta de madeira e pouco retorno econômico. Segundo os produtores, apesar de pouco rentável, a atividade tem um retorno econômico rápido, que supre as necessidades básicas da família.

Comunidade São José – Colônia do Pequiá

Localização geográfica da sede



Figura 10 – Sede da Comunidade São José – Colônia do Pequiá.

Latitude: -03 01' 34,57224" S

Longitude : -58 27' 34,83485" W

Localiza-se no km 4 da Estrada do Pequiá, com acesso no Km 11 da estrada AM 10. Encontra-se a 15 Km da Sede do município de Itacoatiara.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade localiza-se na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada, com predominância de terrenos planos. A vegetação predominante é de capoeiras em pousio, a vegetação nativa foi subtraída para uso agrícola do solo, com o cultivo de mandioca. A comunidade é cortada por pequenos igarapés e um de seus limites é o rio Urubu.

Histórico e perfil

Assim como na Colônia Rondon, a criação da Colônia Pequiá se relaciona com a enchente do Rio Amazonas no ano de 1969, que acarretou a total perda de produção de muitos agricultores de várzea em Itacoatiara. Estes agricultores organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara ocuparam as terras que originariam a Colônia Pequiá. O Governo do Estado, por meio da Sepror,

fez a demarcação e a distribuição dos lotes para os agricultores familiares. Os ocupantes dos lotes receberam, na ocasião, o título definitivo da terra. Em 1985 muitos agricultores aderiram ao Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural – Probor, passando por um processo semelhante ao ocorrido com os agricultores da Colônia Rondon I. Após o fracasso com o plantio de seringueira, os agricultores investiram na produção de farinha de mandioca, montando uma fábrica de pequeno porte. Esta unidade permanece ativa, gerando um produto com qualidade reconhecida pelo mercado local. Foi formada uma Associação voltada, inicialmente, para gerir a produção agrícola e a unidade de produção de farinha. Em 1998, os associados decidiram entrar no ramo do transporte de passageiros da própria comunidade ou de comunidades vizinhas, para a cidade de Itacoatiara. A falta de transparência na prestação de contas, por parte dos associados envolvidos na gestão da atividade, gerou desconfiança e conflitos internos. Os assuntos ligados à gestão agrícola acabaram perdendo espaço dentro da Associação com o início da atividade de transporte. Após divergências por causa da gestão do serviço de transporte, um grupo de agricultores resolveu fundar outra comunidade, denominada de São Sebastião, na mesma área de abrangência da comunidade São José. Nos últimos anos, muitos agricultores venderam suas terras e se mudaram para a cidade de Itacoatiara. Os novos proprietários tem se dedicado, em geral, à pecuária bovina.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. A pouca disponibilidade de área tem diminuído o intervalo médio de pousio. Os agricultores ainda não visualizam alternativas ao sistema de manejo empregado atualmente, apesar de perceberem que a diminuição dos períodos de pousio pode inviabilizar as roças no futuro. Há presença de pastagens. Existem apenas fragmentos de floresta nativa.

5.4.2 Área de influência do Rio Urubu e Rodovia AM-010

Comunidade São Jorge do Muirapucuzinho



Figura 11 - Comunidade São Jorge do Muirapucuzinho.

Localização geográfica da sede

Latitude: -03° 03' 44,95673" S

Longitude : -58° 50' 27,64601" W

Localiza-se no km 4 da Estrada do Muirapucuzinho, com acesso no Km 51 da Rodovia AM 10. Encontra-se a 55 Km da sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade localiza-se na unidade de paisagem terra firme. A vegetação predominante é Floresta Tropical Densa bem conservada. A topografia da região é ondulada.

Histórico e perfil

A origem da comunidade remonta ao ano de 1996. Após disputas com grandes proprietários e intervenção do Estado, a área foi cedida aos agricultores. Regularizada a posse, os agricultores realizaram um financiamento junto ao Banco do Brasil, com recursos do FNO-especial, hoje Pronaf, para o plantio de pupunheira

(*Bactris gasipaes* Kunth) e mandioca. Os agricultores obtiveram êxito na produção, porém o mercado ainda não absorve toda a produção local. Como alternativa para a geração de renda, alguns agricultores estão produzindo carvão vegetal, o que tem ocasionado conflitos com os órgãos de proteção ao Meio Ambiente. Esta comunidade não possui Associação, porém muitos comunitários participam das atividades da Associação de uma comunidade vizinha. A população atual é composta por 34 famílias, perfazendo 179 pessoas, que ocupam lotes de terras com 25 hectares. Cultivam principalmente fruteiras como pupunheira, citrus, maracujazeiro (*Passiflora edulis* Sims) e também mandioca para a produção de farinha. A produção comercializada destina-se à cidade de Itacoatiara.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras, com intervalo médio de dez anos na área ocupada pela comunidade. A vegetação predominante é Floresta Tropical Densa. O uso do solo, por parte das unidades familiares, condiz com a Legislação Ambiental, a maioria dos lotes respeita a Reserva Legal de 80% ¹³.

Há presença do componente sítio, para a produção de frutíferas. Alguns agricultores aproveitam a madeira proveniente das áreas de implantação de roçados para a fabricação de carvão vegetal.

¹³ O conceito de reserva legal é dado pelo Código Florestal, em seu art. 1º, §2º, III, inserido pela MP nº. 2.166-67, de 24.08.2001, sendo: "área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas."

Comunidade Irmãos Unidos do Muirapucuzinho



Figura 12 – Sede da Comunidade Irmãos Unidos do Muirapucuzinho.

Localização geográfica da sede

Latitude: -03° 06' 21,6" S

Longitude : -58° 50' 31,1" W

Localiza-se às margens do Igarapé do Muirapucuzinho, afluente do rio Urubu, com acesso terrestre pela Estrada do Muirapucuzinho, 12 km de extensão, com acesso no Km 51 da Estrada AM-010. Localiza-se a 55 Km da sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade situa-se na unidade de paisagem terra firme. A vegetação predominante é Floresta Tropical Densa bem conservada. A topografia da região é ondulada.

Histórico e perfil

A comunidade foi fundada em 1980, depois da ocupação das terras. Após disputas com grandes proprietários e intervenção do Estado, a área foi cedida aos agricultores. Regularizada a posse, os agricultores realizaram um financiamento junto ao Basa, com recursos do FNO-especial, hoje Pronaf, para o plantio de pupunheira, coqueiro e mandioca. Apesar de relativo êxito na produção, ainda não

liquidaram suas dívidas e, atualmente, estão renegociando-as individualmente junto ao Pronaf. A população atual é composta por 60 famílias, as mesmas do período da ocupação, perfazendo 240 pessoas. As famílias ocupam lotes de 25 hectares, onde cultivam principalmente fruteiras como pupunheira, coqueiro, açazeiro e também roças de mandioca para a produção de farinha. A produção comercializada destina-se à cidade de Itacoatiara. A “invasão” de pescadores profissionais em igarapés, nas imediações da Comunidade, é fonte de conflito com os agricultores familiares, que realizam a pesca exclusivamente para autoconsumo.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizada para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras, com intervalo médio de dez anos. A vegetação predominante é Floresta Tropical Densa. O uso do solo por parte das unidades familiares segue a Legislação Ambiental e a maioria dos lotes respeita a Reserva Legal de 80% .

Há presença do componente sítio para a produção de frutíferas.

Comunidade São Francisco de Assis



Figura 13 – Sede da Comunidade São Francisco de Assis.

Localização geográfica da sede

Latitude: - 03° 02' 04,9" S

Longitude : - 58° 53' 01,7" W

Localiza-se no km 4 da Estrada São Francisco, com acesso no Km 54 da Rodovia AM 10. Encontra-se a 58 Km da sede do município de Itacoatiara. Possui transporte via terrestre durante todo o ano.

Dados biofísicos

A área ocupada pela comunidade situa-se na unidade de paisagem terra firme. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada, com predominância de terrenos planos. A vegetação predominante é de Floresta Tropical Densa.

Histórico e perfil

A comunidade é composta por agricultores oriundos de vários municípios do Amazonas. Após litígios com grandes proprietários e intervenção do Estado, a área foi cedida aos agricultores. Houve a demarcação da área e a maior parte dos agricultores recebeu o título definitivo.

A população atual é composta por 60 famílias, perfazendo cerca de 240 pessoas. As famílias ocupam pequenos lotes de terras, onde cultivam principalmente mandioca, para a produção de diversos produtos: farinha-de-mandioca, goma e tucupi. O componente sítio é presente em todas as unidades familiares, com diversas fruteiras

como bananeira, cupuaçuzeiro, goiabeira, açazeiro, coqueiro, limoeiro e gravioleira.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. A pouca disponibilidade de área tem diminuído o intervalo médio de pousio, para cerca de dois anos. Os agricultores ainda não visualizam alternativas ao sistema de manejo empregado atualmente, apesar de perceberem que a diminuição dos períodos de pousio pode inviabilizar as roças no futuro. O componente sítio é presente na totalidade das unidades familiares.

5.4.3 Área de influência do Rio Arari

Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Vila Batista



Figura 14 – Sede da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Vila Batista.

Localização geográfica da sede

Latitude: -03 17' 18,39" S

Longitude : -58 15' 01,40" W

Localiza-se às margens do Lago do Batista, no Rio Arari, afluente na margem direita do Rio Amazonas. Localiza-se a aproximadamente a 18 Km em linha reta da cidade de Itacoatiara. O acesso é realizado apenas por via fluvial e o trajeto de barco entre a cidade e a Comunidade leva, em média, quatro horas. No período da seca, entre os meses de novembro e dezembro, o acesso via Lago do Batista fica intransitável. Assim a Comunidade só pode ser acessada por outro caminho, que inclui um trecho terrestre de 28 km.

Dados biofísicos

A comunidade situa-se em duas unidades de paisagem: terra firme e várzea. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada. A vegetação predominante na terra-firme é formada por Floresta Tropical Densa, porém, já existem extensas áreas abertas para a formação de pastagens e criação de gado em sistema extensivo. Grande parte das matas ciliares foi subtraída, tanto na terra-

firme como na várzea, para atividades agropecuárias. A área é cortada por rios, igarapés e lagos, sendo o principal, o Lago do Batista.

Histórico e perfil

A área é ocupada por agricultores familiares e a produção de farinha e a pesca para autoconsumo são atividades bastante comuns. As várzeas são de uso comum e utilizadas para a pecuária por agricultores/criadores. Na Comunidade existe Escola de Ensino Fundamental, Centro Social e Posto de Saúde, equipado com uma voadeira com motor de 15 Hp denominada de “SOS”, para o transporte de pacientes para a cidade de Itacoatiara, em casos de emergência.

Os agricultores/criadores de gado bovino e bubalino vem eliminando as matas ciliares. Os conflitos entre vizinhos ligados à invasão do gado em plantações são comuns.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizada para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras, incluindo Áreas de Preservação Permanente. Alguns agricultores iniciaram um trabalho para a recuperação de parte da área florestada, com plantio de castanheiras-do-Brasil e frutíferas.

Comunidade Nossa Senhora do Livramento - Estanislau



Figura 15 – Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento – Estanislau.

Localização geográfica da sede

Latitude: -03 27' 12,14350" S

Longitude : -58 19' 30,4522" W

Localiza-se às margens do Lago do Estanislau, no Rio Arari, afluente na margem direita do Rio Amazonas. Localiza-se a aproximadamente a 38 Km em linha reta da cidade de Itacoatiara. O acesso é realizado apenas por via fluvial, o trajeto de barco entre a cidade e a Comunidade leva, em média, seis horas.

Dados biofísicos

A comunidade situa-se nas unidades de paisagem terra firme e várzea. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada. A vegetação predominante na terra-firme é formada por Floresta Tropical Densa, porém já existem extensas áreas abertas para a formação de pastagens e criação de gado, em sistema extensivo. Grande parte das matas ciliares foi subtraída, tanto na terra-firme como na várzea, para atividades agropecuárias. A área é cortada por rios, igarapés e lagos, sendo o principal o Lago do Estanislau.

Histórico e perfil

A área é ocupada por agricultores familiares. A produção de farinha e a pesca para autoconsumo são atividades bastante comuns entre as famílias. As várzeas são de

uso comum e utilizadas para a pecuária por agricultores/criadores. Tem ocorrido migração para a cidade de Itacoatiara.

Os agricultores/criadores de gado bovino e bubalino vem eliminando as matas ciliares. Os conflitos entre vizinhos, ligados à invasão do gado em plantações, são comuns.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras. Alguns agricultores iniciaram um trabalho para a recuperação de parte da área ainda florestada, com plantio de castanheiras-do-Brasil e frutíferas.

Comunidade São João do Araçá



Figura 16 – Sede da Comunidade São João do Araçá

Localização geográfica

Latitude: -03 19' 38,20932" S

Longitude : -58 18' 02,59395" W

Localiza-se às margens do Lago do Araçá, no Rio Arari, afluente na margem direita do Rio Amazonas. Localiza-se a aproximadamente a 20 Km em linha reta da cidade de Itacoatiara. O acesso é realizado apenas por via fluvial, o trajeto de barco entre a cidade e a Comunidade leva, em média, 4 horas. No período da seca, entre os

meses de novembro e dezembro, o acesso via Lago do Araçá fica inviável, assim a Comunidade só pode ser acessada por outro caminho, que inclui um trecho terrestre em uma estrada de 28 km.

Dados biofísicos

A comunidade possui as unidades de paisagem terra firme e várzea. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada. A vegetação predominante na terra-firme é formada por Floresta Tropical Densa, porém já existem extensas áreas abertas para a formação de pastagens e criação de gado em sistema extensivo. Grande parte das matas ciliares foi subtraída, tanto na terra-firme como na várzea, para atividades agropecuárias. A área é cortada por rios, igarapés e lagos, sendo o principal o Lago do Araçá. O Lago do Babaçu é manejado pela comunidade e é realizada a criação de pirarucu (*Arapaima gigas*) para fim comercial.

Histórico e perfil

A área é ocupada por agricultores familiares da região. A produção de farinha de mandioca e a pesca para autoconsumo são atividades bastante difundidas. As parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, IDAM, e principalmente, com a Igreja Católica através das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base se refletem na organização dos comunitários, com a participação em treinamentos, cursos e viagens de intercâmbio. A totalidade das famílias participa da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade São João do Araçá. Várias famílias participam também da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Artesãs do Rio Arari, composta por agricultores e agricultoras de cinco comunidades da região, cujo foco é o artesanato de bijuterias, feitas a partir de sementes locais. Há organização em torno da preservação de lagos e rios, o que tem propiciado parcerias, como a realizada com o IBAMA para o manejo do pirarucu no Lago do Babaçu. A experiência positiva no Lago do Babaçu, motivou os comunitários a ampliar o programa de preservação e manejo para outros lagos, inclusive outras comunidades tem manifestado interesse em participar do programa. Os agricultores dispõem de um barco regional próprio, com 15 m, que faz o transporte da produção agrícola para Itacoatiara. A produção é comercializada na

Feira do Produtor Rural, diretamente aos consumidores. Ao retornar da Feira costumam adquirir na cidade mercadorias, a serem transportadas no barco, para o abastecimento da comunidade. Quando não está sendo empregado para o transporte de produtos agrícolas/abastecimento, o barco é utilizado para outros fins. A “invasão” de pescadores profissionais nas imediações da Comunidade é fonte de conflito com os agricultores familiares, que, para enfrentar este problema, se organizaram em um grupo de preservação e manejo de lagos.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras.

O grupo de manejo e proteção de lagos, além de voltar-se à preservação de recursos pesqueiros, têm se dedicado a ações para conter o desmatamento em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, participando também da Reata. O grupo de artesãs utiliza sementes regionais, como açaí, morototó [*Schefflera morototoni* (Aubl.) Maguire, Steyerm. & Frodin] e babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex. Spreng) para a produção de bijuterias, que são vendidas em Itacoatiara e em Manaus.

Comunidade São João da Chocolateira



Figura 17 – Sede da Comunidade São João da Chocolateira

Localização geográfica

Latitude: -03 36' 29,66296" S

Longitude : -58 23' 57,04420" W

Localiza-se às margens do Igarapé da Chocolateira, no Rio Arari, afluente na margem direita do Rio Amazonas. Localiza-se a aproximadamente a 55 Km, em linha reta, da cidade de Itacoatiara. O acesso é realizado apenas por via fluvial, o trajeto de barco entre a cidade e a Comunidade leva, em média, 8 horas.

Dados biofísicos

A comunidade ocupa área com unidade de paisagem terra firme. A topografia da região varia de plana a levemente ondulada, com predominância de terrenos planos. A Vegetação predominante é de Floresta Tropical Densa, porém já existem extensas áreas abertas, sobretudo para a formação de roças de mandioca. A área é cortada por igarapés, sendo o principal o Igarapé da Chocolateira.

Histórico e perfil

A área é ocupada por agricultores familiares da região. A produção de farinha de mandioca e a pesca para autoconsumo são atividades bastante difundidas.

A formação de uma Associação de Agricultores foi motivada, sobretudo, para que fosse pleiteado um financiamento junto ao Basa, para o plantio de mandioca, açaí e cupuaçu. O financiamento foi liberado, porém o retorno econômico do projeto não é satisfatório, segundo os agricultores.

Práticas de uso e manejo agroflorestal

A prática de manejo utilizado para a formação de roças é o sistema de corte e queima e pousio de capoeiras, incluindo Áreas de Preservação Permanente. Alguns agricultores iniciaram um trabalho para a recuperação de parte da área ainda florestada, com plantio de castanheiras, cacaueiros, cumaruzeiros e andirobeiras.

5.5 Autoconsumo nas unidades familiares

A produção para o autoconsumo é encontrada em todos os componentes do sistema produtivo e apresenta diversas funções, destacando-se como uma estratégia relacionada à segurança alimentar das unidades familiares. Como é expresso no trecho transcrito a seguir:

“A gente já tem o exemplo de outras pessoas que quando já tem uma roça pronta, tira, tira. Tira até acabar. E depois fica comprando. A gente já pensa isso aí: em não comprar. Ter para o consumo, para sobreviver, para ajudar alguém que chegar a precisar, mas que não falte.”

A percepção de qualidade do alimento produzido para o autoconsumo é recorrente:

“A nossa farinha é bem torradinha. Às vezes sai um pouco roxinha, mas é gostosa. Não é azeda. E você faz com aquela higiene. Agora, você compra, você não sabe nem de que maneira é feita.”

Woortmann & Woortmann (1997) destacam que comida se distingue de alimento. Ambas as noções são socialmente construídas e devem ser percebidas em seu contexto. Agricultores familiares não se referem à "comida dos animais", mas ao "alimento dos animais". Referem-se ao que está sob o domínio simbólico/produtivo do pai de família, isto é, àquilo que diz respeito ao roçado e que permanece no plano da natureza. E se referem à "comida da família" quando designam aquilo que passou do domínio do pai de família para o domínio simbólico e reprodutivo do consumo humano gerenciado pela mãe de família - é na cozinha que alimento (natureza) se transforma em comida (cultura).

Cada grupo social elege aquilo que pode ou não ser comido, ou que constitui a base do mínimo social aceitável para o consumo familiar em situações normais. Para agricultores familiares da Amazônia, onde a dieta básica é composta por farinha de mandioca e peixe, a falta de um desses componentes é indicadora de "precisão", ainda que não faltem outros componentes que poderiam formar uma refeição nutricionalmente adequada.

O autoconsumo faz parte da identidade das famílias e da socialização, sendo motivo de orgulho e também uma atividade que dá prazer:

“Eu gosto muito daqui. Os filhos chegam aqui, é aquela animação: Vamos tirar caldo de cana, vamos tomar; vamos andar de canoa, que eu tenho uma canoa. Boto malhadeira... É aquela maior alegria!”

“Quando é dia de domingo isso aqui tava cheio de filho, filha, neto. Cada um foi com a sua sacola cheia (de produtos da agricultura).”

Por outro lado, o agricultor que recorre ao mercado para a aquisição de alimentos que poderiam ser produzidos na unidade familiar, em geral, não é bem visto, pelo grupo:

“Eu acho triste a pessoa que mora no interior e não cria uma galinha. Tudo é comprado na cidade. Quer comer um frango tem que ir lá. Tem muitas pessoas que não dá valor pra si mesmo, assim em produzir. Prefere trabalhar uma diária e comprar tudo de lá.”

A contribuição dos diferentes componentes do sistema produtivo foi destacada pelos agricultores em muitas ocasiões. A seguir são transcritas algumas dessas falas:

“Quando termina uma coisa aí aparece outra. Em janeiro, o taperebá, termina o taperebá já vem o cacau, termina o cacau aí tem o peixe, tem a borracha, tem a a banana, tem o açai.”

“Eu planto, pesco...Tudo eu faço. De criação é só galinha, pato. Peru, agora eu tô começando a criar. Agora, outras coisas, é isto que está por aqui: é banana, é cana, é caju,é mangueira, cajueiro, jambeiro, coco... Tudo isso eu planto, mas eu tenho medo da água matar. Logo que sai a terra, a gente planta muito feijão. Feijão, milho, jerimum, melancia, maxixe, tomate, faz canteiro de cheiro-verde.”

“A gente planta muita coisa, a gente planta cacau, goiaba, taperebá, graviola. Várias coisas a gente planta.”

Sabourin (1999) analisando comunidades rurais do Sertão Nordestino,

ressalta que, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis ou práticas de reciprocidade. Segundo Caille (1998), citado por Sabourin (1999), o paradigma da reciprocidade aplica-se à toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade. As redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização reguladas pela reciprocidade, na agricultura familiar.

A lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também do manejo dos recursos e dos fatores de produção. Assim, a reciprocidade gera uma produção socialmente motivada, que vai além das necessidades elementares da população ou da aquisição de bens via trocas. A ajuda mútua não é necessariamente igualitária, porque existe devolução, mas sem simetria das prestações. Dias e Almeida (2004) analisam as formas de gestão da caça na Reserva Extrativista do Alto Juruá, onde a caça é compartilhada entre as famílias numa prática chamada de “vizinhança”. A “vizinhança” não é um fato geográfico, assim é possível deixar de “vizinhar” com um morador das proximidades e se pode “vizinhar” com um morador distante. Existe reciprocidade, porém sem uma equivalência quantitativa a partir do princípio *“a cada um de acordo com suas necessidades, a cada um de acordo com sua capacidade”*. Práticas de reciprocidade foram encontradas nas unidades familiares pesquisadas e identificadas com o autoconsumo, pois escapam à lógica das trocas mercantis, apesar de conviverem com estas últimas:

“Eu achei esse lugar aqui, aí comecei plantar: macaxeira, feijão... porque dava muito. Tem dado bem. Ano passado eu tirei muito feijão. Muito mesmo. Vendi. Dava.”

“Arranquei minha macaxeira de dentro dessa baixa toda. Comi, dei para os meus filhos, dei até para a creche das crianças, mandei lá para as crianças aproveitar.”

Os componentes roça e sítio foram agrupados para a estimativa de renda indireta (autoconsumo) e renda direta (comercialização) no componente agricultura,

onde foram relatadas 59 espécies. (Tabela 1) Algumas das espécies listadas são árvores que ocorrem naturalmente nos ecossistemas amazônicos como seringueira, cacaueteiro, entre outras. Porém estas espécies foram incluídas no componente agricultura (e não em extrativismo vegetal) porque foram plantadas, sobretudo nos sítios. Das 48 unidades familiares pesquisadas apenas uma não apresentou o componente agricultura, esta unidade se encontra na área de influência do Rio Arari, onde há alguma especialização em torno da criação animal. Em 86,92% dos registros relacionados ao componente agricultura ocorreu a presença de autoconsumo.

A principal espécie relacionada ao autoconsumo no componente agricultura é a mandioca, que gera diversos produtos: farinha, tucupi e goma. Destaca-se também a produção de várias fruteiras: bananeira, cupuaçuzeiro, ingazeiro, limoeiro e açazeiro. A cultura anual do feijão tem papel importante (Figura 18).

Em grande medida as espécies voltadas à comercialização coincidem com as voltadas ao autoconsumo. Com exceção de cacau, repolho e urucu, relacionadas com a comercialização.

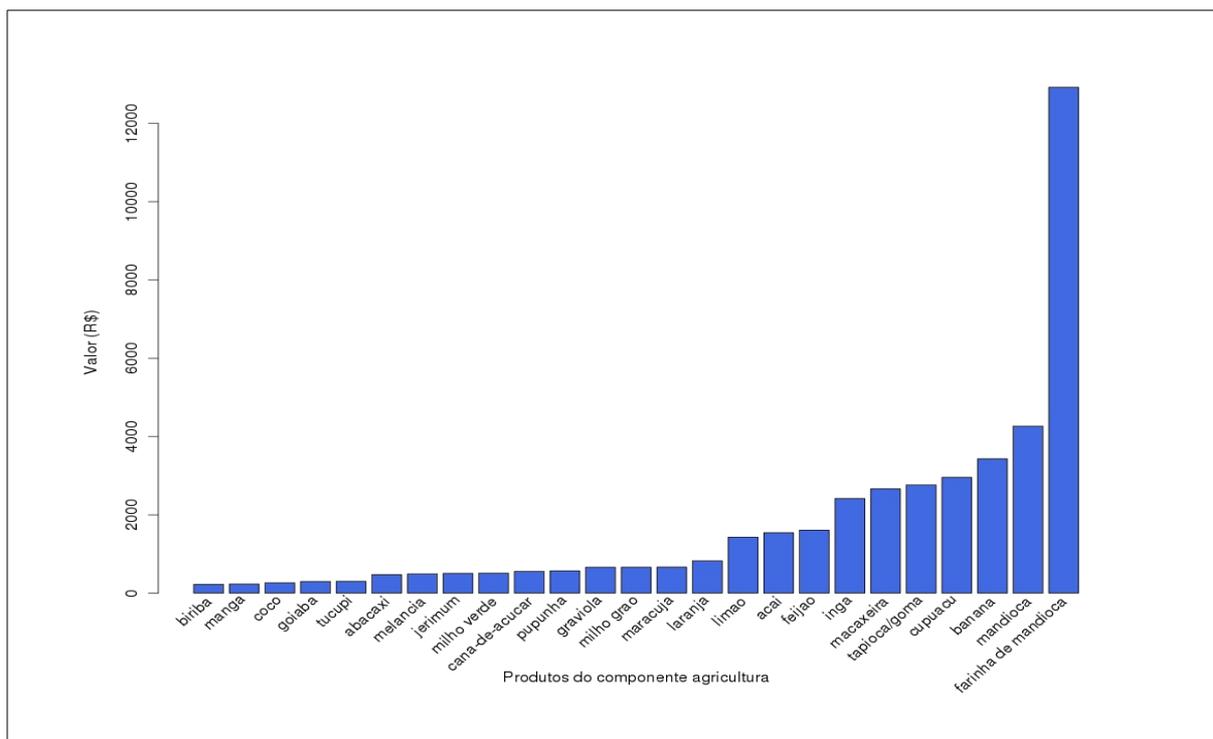


Figura 18 – Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente agricultura, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

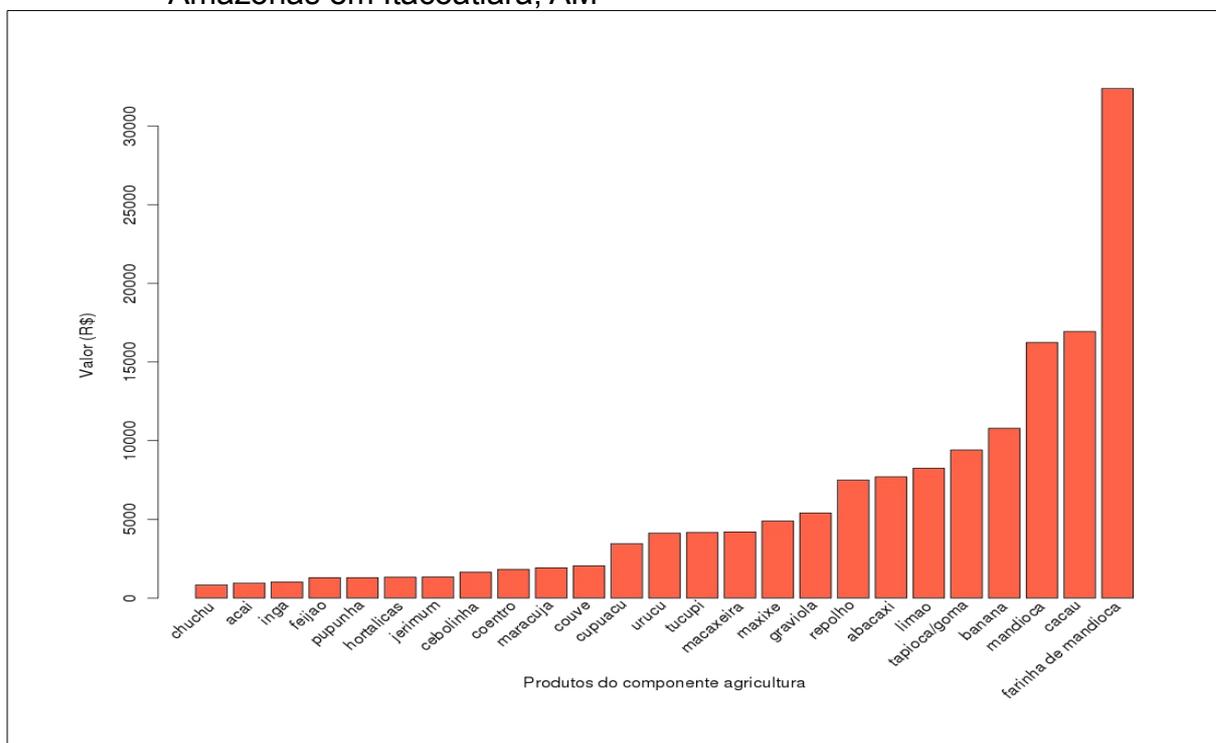


Figura 19 – Renda total anual (R\$) da comercialização do componente agricultura, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Tabela 1 - Espécies utilizadas nos componentes roça e sítio por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.

Nº	Nome popular	Nome científico
1	Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.
3	Açaí	<i>Euterpe precatoria</i> Mart.; <i>E. oleracea</i> Mart.
4	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i> DC.
5	Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.
6	Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.
7	Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i> Mc. Vaugh
8	Ata	<i>Annona squamosa</i> L.
9	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.
10	Banana	<i>Musa</i> sp.
11	Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i> L.
12	Berinjela	<i>Solanum melongena</i> L.
13	Biribá	<i>Rollinia mucosa</i> (Jacq.) Baill.
14	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.
15	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
16	Café	<i>Coffea arabica</i> L.; <i>C. canephora</i> L.
17	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.
18	Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.
19	Cará (Inhame)	<i>Dioscorea</i> sp.
20	Castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i> Humb & Bonpl.
21	Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i> L.
22	Chuchu	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Swartz
23	Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
24	Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.
25	Couve	<i>Brassica oleracea</i> , var. <i>acephala</i> DC.
26	Cubiu	<i>Solanum sessiliflorum</i> Dunal
27	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex. Spreng.) Schum.
28	Feijão-de-praia	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp
29	Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe
30	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
31	Graviola	<i>Annona muricata</i> L.
32	Ingá	<i>Inga</i> spp.
33	Jambo	<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L.M.Perry
34	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.
35	Jerimum	<i>Cucurbita maxima</i> L.
36	Juta	<i>Corchorus capsularis</i> L.

37	Laranja	<i>Citrus sinensis</i> L.
38	Lima	<i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle
39	Limão	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm.
40	Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
41	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.
42	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
43	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
44	Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims
45	Maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.
46	Melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai
47	Milho	<i>Zea mays</i> L.
48	Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.
49	Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i> L.
50	Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum</i> sp.
51	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth
52	Puruí	<i>Alibertia edulis</i> A.Rich.
53	Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> L. Moench
54	Repolho	<i>Brassica oleracea</i> , var. <i>Capitata</i>
55	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco
56	Taperebá	<i>Spondias mombin</i> L.
57	Tomate	<i>Lycopersicon esculentus</i> Mill.
58	Tucumã	<i>Astrocaryum tucuma</i> Mart.
59	Urucu	<i>Bixa orellana</i> L.

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

Das 48 unidades familiares pesquisadas, 38 tinham a pesca como um componente do sistema produtivo. Foram relatadas 26 espécies (Tabela 2) relacionadas ao componente extrativismo animal - pesca. Em 98,37% dos registros ocorreu a presença de autoconsumo. As principais espécies relatadas para autoconsumo foram pacu, curimatã e jaraqui, que são também as principais espécies comercializadas (Figuras 20 e 21). Algumas espécies, porém, são mais frequentemente destinadas ao autoconsumo que à venda: tucunaré, aracu, acará, branquinha, matrinxã e piranha. (Figura 20)

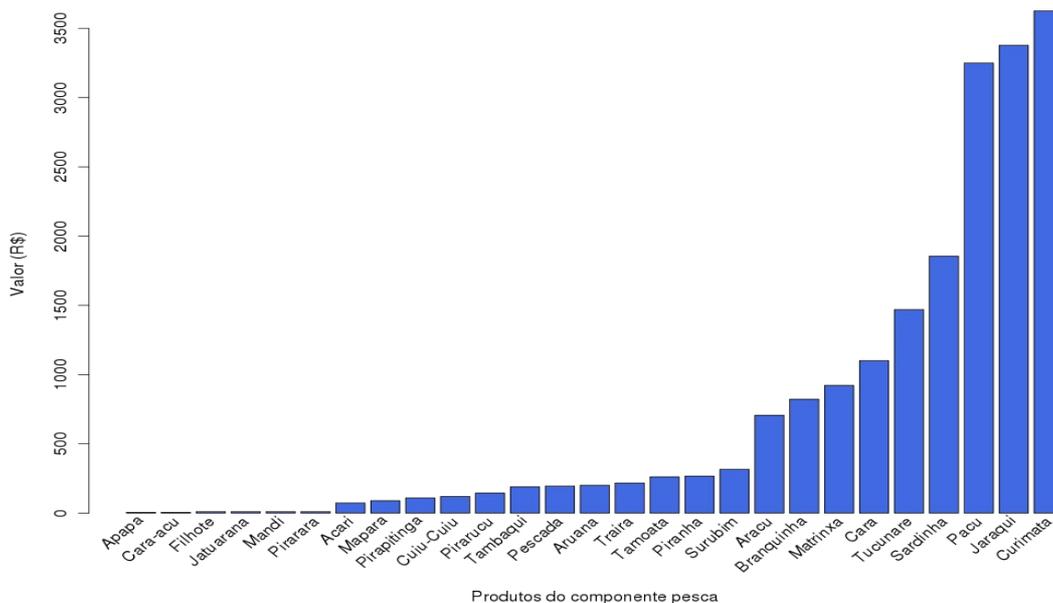


Figura 20 - Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente extrativismo animal – pesca, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

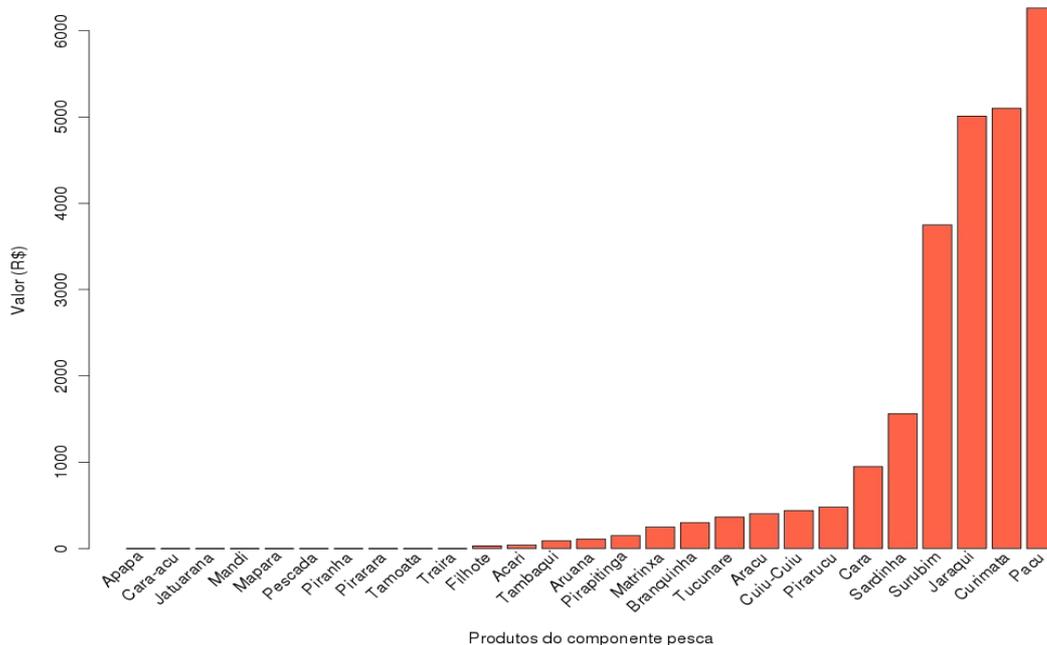


Figura 21 - Renda total anual (R\$) da comercialização do componente extrativismo animal – pesca, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Tabela 2 - Espécies utilizadas no componente extrativismo animal (peixes) por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.

Nº	Nome popular	Nome científico
1	Acará	<i>Astronotus crassipinnis</i>
2	Arari	<i>Chalceus erythrurus</i>
3	Apapá	<i>Pellona castelnaeana</i>
4	Aracu	<i>Schizodon fasciatus, Leporinus spp.</i>
5	Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>
6	Branquinha	<i>Potamorhina spp.</i>
7	Cuiu-cuiu	<i>Oxydoras niger</i>
8	Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>
9	Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
10	Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis, Semaprochilodus taeniurus</i>
11	Jatuarana	<i>Brycon melanopterus</i>
12	Mandi	<i>Pimelodus blochii</i>
13	Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>
14	Matrinxã	<i>Brycon amazonicus</i>
15	Pacu	<i>Mylossoma spp.</i>
16	Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i>
17	Piranha	<i>Serrasalmus spp.</i>
18	Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>
19	Pirarara	<i>Pharactcephalus hemiolipterus</i>
20	Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
21	Sardinha	<i>Triportheus elongatus</i>
22	Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
23	Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>
24	Tamoatá	<i>Hoplosternum litoralle</i>
25	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
26	Tucunaré	<i>Cichla spp.</i>

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

Das 48 unidades familiares pesquisadas, 29 realizaram atividades relacionadas ao extrativismo vegetal. (Figura 20). Uma possível explicação para uma pequena participação deste componente, em algumas comunidades, seria o próprio desmatamento. Foram relatadas 14 espécies relacionadas ao componente extrativismo vegetal (Tabela 3). Em 59,57% dos registros ocorreu a presença de autoconsumo.

As principais espécies relatadas para autoconsumo foram bacaba

(*Oenocarpus bacaba* Mart.), tucumã (*Astrocaryum tucuma* Mart.), buriti (*Mauritia flexuosa* L.) , cubiu, castanha-do-Brasil e açaí (*Euterpe precatoria* Mart.; *E. oleracea* Mart.) As espécies bacaba e tucumã são, mais frequentemente, destinadas ao autoconsumo que à venda, ocorrendo o inverso com castanha-do-Brasil, cubiu e buriti. (Figuras 20 e 21)

O carvão vegetal é o principal produto comercializado obtido no componente extrativismo vegetal (Figura 23). A carvoaria é uma atividade importante na geração de renda monetária em algumas unidades familiares em três Comunidades: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora Aparecida do Jamanã e São Jorge do Muirapucuzinho

Na Comunidade Sagrado Coração de Jesus é realizada, sobretudo por agricultores familiares descendentes de quilombolas e já vem sendo feita por várias gerações. Na Comunidade São Jorge do Muirapucuzinho, a produção de carvão é recente, e, possivelmente surgiu por conta do baixo retorno econômico de um projeto de agricultura comercial, que inclusive gerou endividamento. Algumas unidades familiares na Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Jamanã também realizam a atividade.

Apesar da importância na geração de renda monetária, a produção de carvão não é a única atividade realizada pelas famílias, as unidades familiares manejam os demais componentes do sistema produtivo: agricultura, pesca e criação animal.

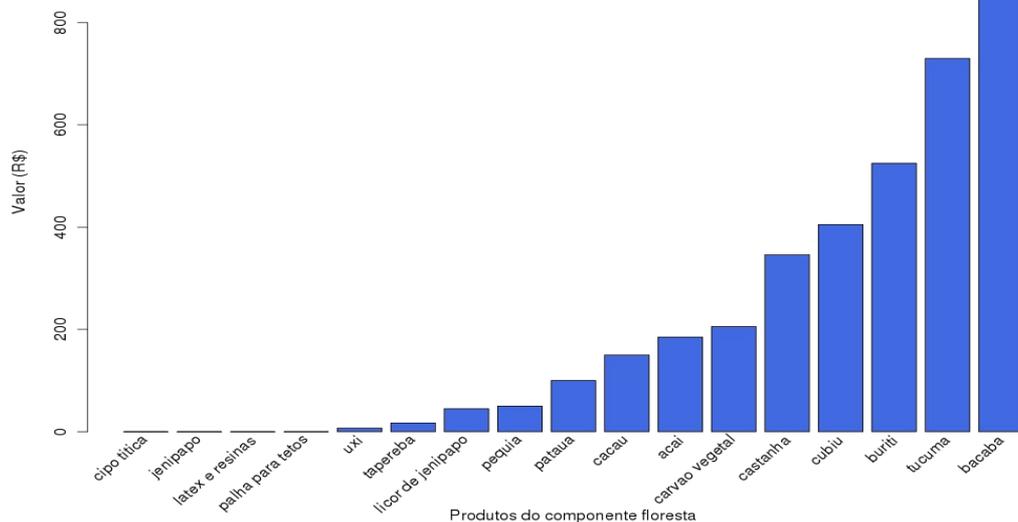


Figura 22 - Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente extrativismo vegetal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

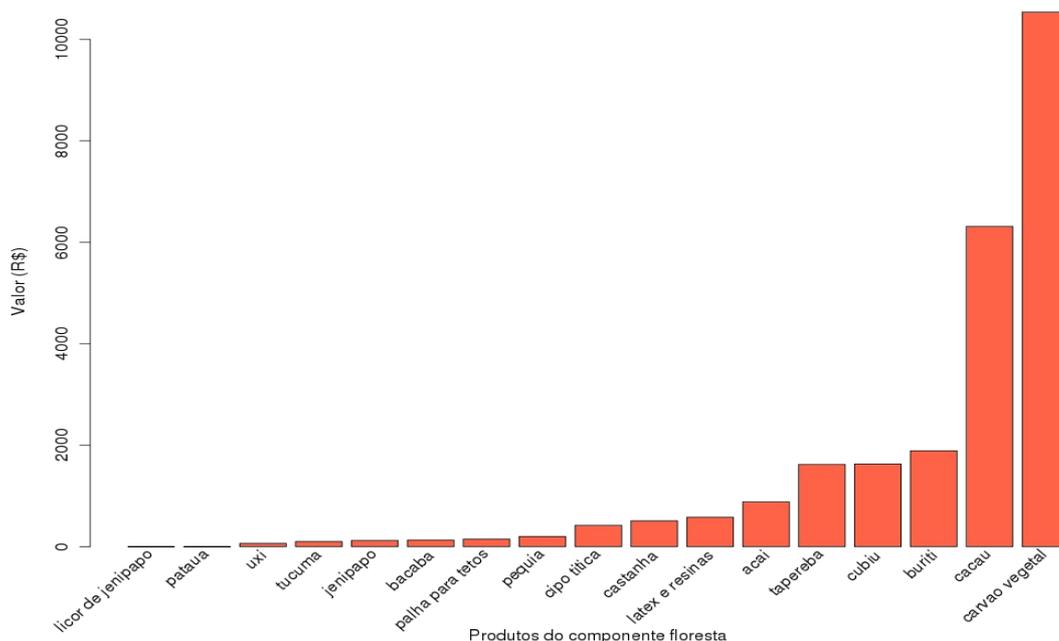


Figura 23 - Renda total anual (R\$) da comercialização do componente extrativismo vegetal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Tabela 3 - Espécies utilizadas no componente extrativismo vegetal por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.

	Nome popular	Nome científico
1	Açaí	<i>Euterpe precatoria</i> Mart.; <i>E. oleracea</i> Mart.
2	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.
3	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.
4	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
5	Castanha do Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i> Humb & Bonpl.
6	Cipó titica	<i>Heteropsis</i> spp. (H.B.K.) G. S. Bunting
7	Cubiu	<i>Solanum sessiliflorum</i> Dunal
8	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.
9	Patauá	<i>Oenocarpus bataua</i> Mart
10	Pequiá	<i>Caryocar villosum</i> (Aubi.) Pers.
11	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> Muell. Arg.
12	Taperebá	<i>Spondias mombin</i> L.
13	Tucumã	<i>Astrocaryum tucuma</i> Mart.
14	Uxi	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

Das 48 unidades familiares pesquisadas, 35 realizaram atividades relacionadas à criação animal. (Figuras 22 e 23). Foram relatadas 14 espécies relacionadas ao componente criação animal (Tabela 4). Em 43,81% dos registros a criação animal é utilizada para autoconsumo.

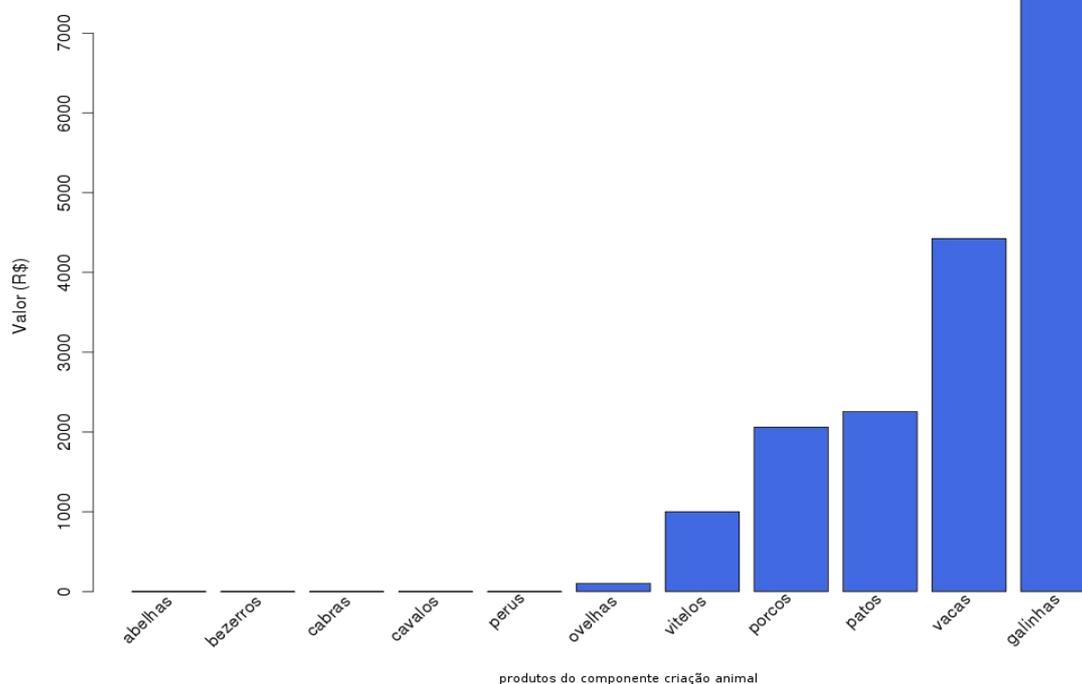


Figura 24 - Renda total anual (R\$) do autoconsumo do componente criação animal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

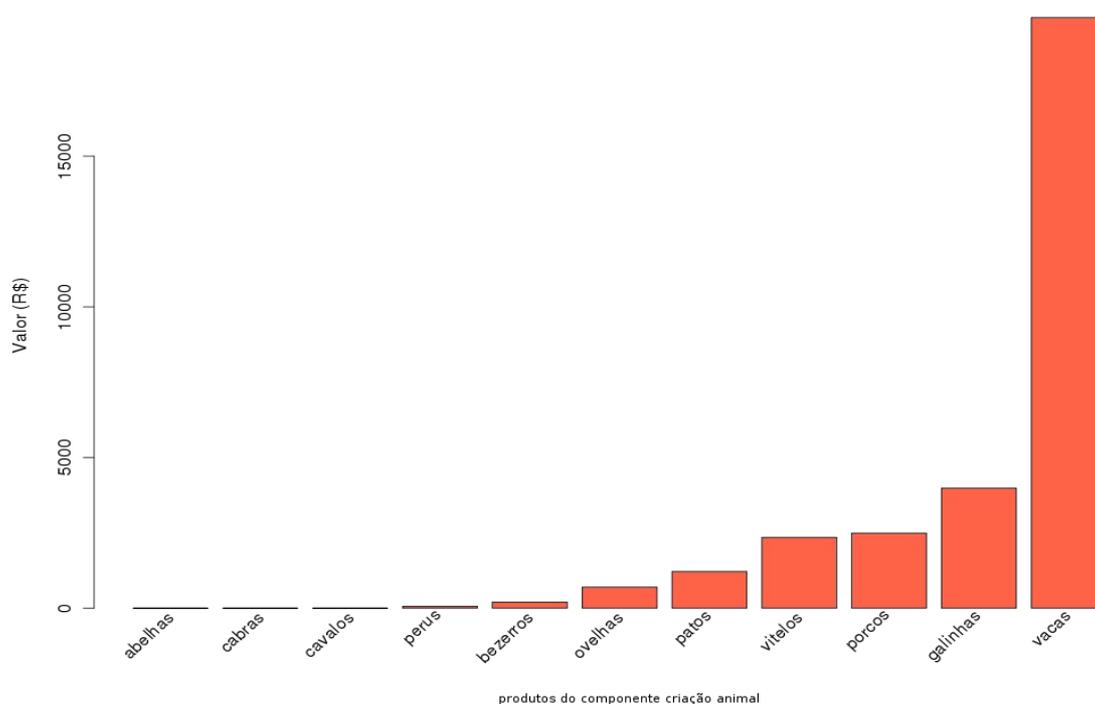


Figura 25 - Renda total anual (R\$) da comercialização do componente criação animal, obtida por agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Tabela 4 - Espécies utilizadas no componente criação animal por agricultores filiados à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM.

	Nome popular	Nome científico
01	Abelha	<i>Apis mellifera</i>
02	Cabra	<i>Capra aegagrus</i>
03	Cavalo	<i>Equus caballus</i>
04	Galinha	<i>Gallus gallus domesticus</i>
05	Carneiro	<i>Ovis aries</i>
06	Pato	<i>Cairina moschata</i>
07	Peru	<i>Meleagris gallopavo</i>
08	Porco	<i>Sus domesticus</i>
09	Vaca	<i>Bos taurus</i>

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

O autoconsumo no componente criação animal relaciona-se ao suprimento de carne de aves (galinhas e patos), porcos e bovinos para as unidades familiares. O consumo de carne bovina para autoconsumo é pouco frequente.

5.6 Comercialização nas unidades familiares

Os agricultores familiares na Amazônia produzem para si e para o mercado. Como necessitam de valores de uso que não conseguem produzir, recorrem ao mercado para obtê-los, muitas vezes por meio da troca dos bens que produzem (Noda *et al.*, 2006).

Os atores sociais, reconhecidos como profissionais no processo de comercialização, são genericamente denominados de intermediários e se encontram em diferentes locais, sendo os principais, as beiras dos rios, os portos das cidades, as feiras do produtor, os mercados municipais, e, em constante movimento, em suas embarcações fluviais.

Noda *et al.* (2006) apresentam um quadro com uma aproximação tipológica dos compradores nas cidades e/ou que tem contato direto com os agricultores familiares:

- Marreteiro: agente mais importante, dono do meio de transporte usado para movimentar os produtos.
- Atravessador: menor participação nos dias atuais. Estabelece relações de

“freguesia” com os agricultores familiares, baseadas no aviamento.

- Feirante: compra produtos dos agricultores familiares para a revenda em feiras. A venda realizada por agricultores diretamente nas feiras é atualmente pequena
- Marchante: agente envolvido na compra de animais de grande porte (gado bovino e bubalino)

Entre os entrevistados foram encontradas diversas situações em relação à comercialização de produtos. Alguns agricultores trazem seus produtos para a venda na feira de produtores de Itacoatiara:

“A farinha nós tira o que consome e o que sobra tudinho a gente vende. A gente vende na feira”.

Em geral, as condições de transporte de produtos é precária e onera a produção:

“Tem um transporte pequeno, aí vai o que cabe nele. É uma kombi e não tem espaço pra levar todo o produto (e as pessoas). Quem não pode levar, a gente paga outro, um transporte particular. Paga particular pra levar o nosso produto. A kombi é do presidente (da associação), ele faz por passagem, 3 reais a passagem. Cada um é responsável do seu. Aqui a gente vai uma vez por semana (na feira), tem pessoas que vai mais. A gente vai no sábado .”

“O taperebá também ajuda muito a gente. Essa época ajuda. Só que a distância é sacrificoso. Mas aqui, quando eu vou agora com ele (companheiro de trabalho)... já demos uma brocada, agora nós vamos lá para a mata. Nós anda como daqui lá por aquele aterro para chegar nas árvores de taperebá. Tem que carregar nas costas.... Para nós chegar pelo menos duas horas aqui de volta para levar lá no frigorífico.”

As condições de comercialização, em geral, são avaliadas como desfavoráveis aos agricultores:

“Nós já tivemos tanto milho ali e quando fomos vender. `Eu te dou

vinte e cinco (reais) no saco. Se quiser. Você tem muito prejuízo! Porque um saco você demora muito para debulhar!. Para você vender por vinte e cinco?”

“Aqui só tem um frigorífico (para o processamento de frutas em polpa), e ele faz de propósito, quando a safra tá ótima, ele fecha. E aí você vai fazer o que com a sua fruta? Que é uma fruta que você junta hoje, amanhã tá podre (taperebá). Então nós já perdemos muito. Olha, este ano, nós não pegamos um centavo, perdemos toda, toda a safra. A época que começou, porque a safra, ela varia, ela pode antecipar e pode atrasar e aconteceu o seguinte: quando começou o frigorífico fechado. Não tem concorrência, perdemos toda a safra. E a gente fica lutando do que ganhar, como fazer um centavo...A gente conta com o que você produz. E se não tiver quem compre? Adianta você plantar? Então é este o sofrimento que nós temos aqui.”

“Eles não pagam bem, não. Porque o serviço da gente, a gente só trabalha e eles não pagam direito. A gente planta um cheiro-verde (coentro e cebolinha) ,mas eles não querem dar o preço do trabalho que a gente teve. Tudo que a gente faz não tem um preço legal, que combine com o trabalho da gente.”

“Só que essa coisa aí, é meio difícil aqui em Itacoatiara porque se a gente tivesse um mercado para a nossa produção... Por exemplo, se eu colho umas quatro ou cinco sacas de feijão, vender para quem? Quando querem é dado. Macaxeira... Essas coisas assim. É difícil porque a gente tem uma produção grande e não tem para quem vender. Olha, fez uma horta ali, aí estragou alface, aí estragou couve porque eu não tenho quase costume de vender, né? Aí uma pessoa falou assim para mim: eu fico com todo esse alface, todo dia eu levo. Ele levou uma vez. Veio gente aqui comprar, eu perdi (recusou a oferta porque já tinha combinado com este primeiro comprador) porque ele não veio aqui buscar. Eu levar para dar lá no mercado eu não vou. Olha, graviola, esses tempos estava estragando graviola.”

Quando solicitados, os agricultores apresentam idéias que, em sua opinião, poderiam melhorar as condições de comercialização:

“Vamos dizer que eu plantasse aqui feijão, o que eu gosto de plantar mesmo: feijão, bastante feijão. Lá na frente o colega plantar bastante jerimum, verdura, né? Se a gente tivesse alguém... Só para Manaus, porque aqui para Itacoatiara estraga, é besteira. Se tivesse uma pessoa... Você planta e aí tem uma pessoa responsável de... Por exemplo, a senhora tem dois sacos de feijão, o fulano tem duas, três caixas de tomate, o fulano tem num sei mais o que... Aí ele vai lá em Manaus, ele já sabe(para quem vender) . E volta e fala: tá aqui, ó, deu isso, aí ele tem a porcentagem dele. Assim era muito bom, mas aqui é difícil...”

“Mas futuramente, nós vamos trabalhar assim em grupo. E se Deus quiser, o governo prometeu que já tem essa casa que você pode fazer a coletividade e vender diretamente para esta casa. Agroindústria... Depois, se Deus quiser, já faz um projeto em cima disso, dessa pequena cooperativa e entra em contato com eles, para nós ganharmos o frigorífico. Porque lá naquele mato atrás de casa, tem muita fruta, nós já vendemos de toneladas, porque são muitas árvores. São mais de 300 árvores. Temos este sonho de levar em frente a venda de polpa, já beneficiada.”

Em 54,0% das registros relacionadas ao componente agricultura ocorreu a presença de comercialização.

Em 21,6% das registros relacionadas ao componente extrativismo animal – pesca, vegetal ocorreu a presença de comercialização

Em 62,76% das registros relacionadas ao componente extrativismo vegetal ocorreu a presença de comercialização.

Em 20,4% das registros relacionadas ao componente criação animal ocorreu a presença de comercialização.

5.7 Renda total

A renda das famílias provém dos diferentes componentes do sistema produtivo e de outras fontes. As transferências sociais, no caso, aposentadoria e os programas Bolsa Família e Bolsa Escola desempenham um papel destacado na composição da renda (Figura 26).

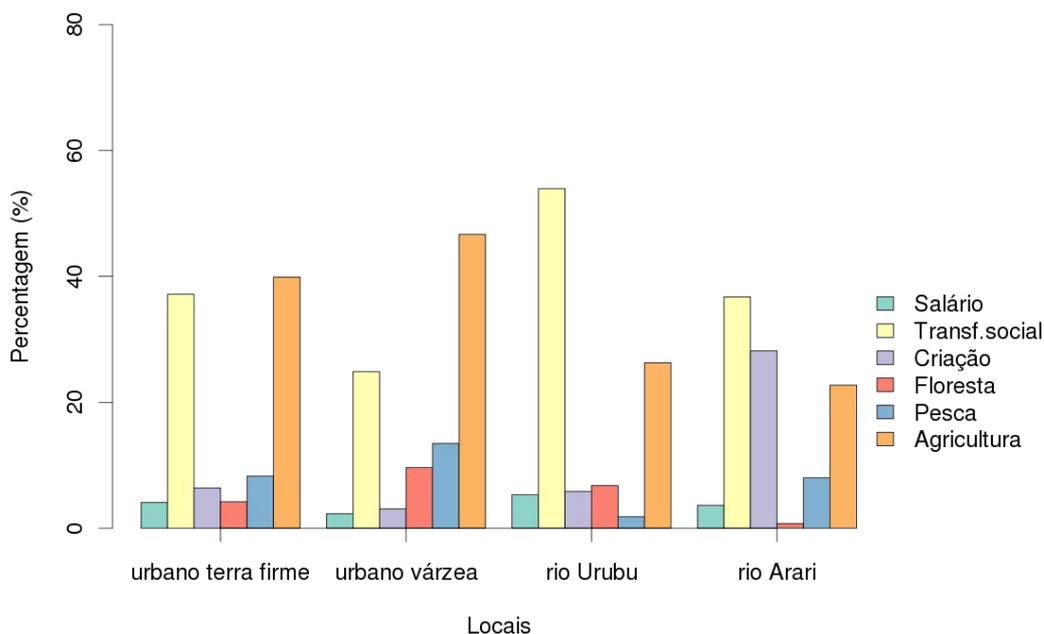


Figura 26 – Composição da renda total das unidades familiares filiadas à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

5.8 Arranjos produtivos

Em todas as áreas, a produção para o autoconsumo é expressiva porém, esta produção se diferencia segundo dinâmicas distintas da agricultura familiar (Figura 30, Tabela 5). Na área de influência da sede de Itacoatiara – Várzea tem ocorrido especialização em torno do consórcio seringueira/cacaueiro, taperebazeiro e, em alguns casos, pesca comercial, assim as famílias tem dado preferência a aquisição de farinha de mandioca no mercado local.



Figura 27 – Produção de borracha em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.



Figura 28 - Produção de cacau em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

Na Área de influência do Rio Urubu – Rodovia AM-010 as unidades familiares tem conseguido produzir para autoconsumo e comercialização e, ao mesmo tempo, conservar recursos naturais, com cumprimento da legislação ambiental, mantendo 80% de Reserva Legal, ao contrário do que uma avaliação precipitada poderia concluir. Afinal trata-se de uma área de ocupação relativamente recente, ligada à ocupação de terras, e próxima à Rodovia. Parte da produção de fruteiras não consegue atingir o mercado local, o que tem levado a algumas unidades familiares a se dedicarem a produção de carvão.

Na área de influência do Rio Arari está ocorrendo especialização em torno da pecuária bovina, o que explica também menores taxas de autoconsumo (Figura 30, tabela 5).



Figura 29 – Pecuária bovina em uma unidade familiar filiada à Reata em Itacoatiara, AM.

As técnicas de produção nas diferentes áreas, mesmo aquelas que se dedicaram a projetos de agricultura comercial (coco, graviola, pupunha) são aquelas da agricultura familiar amazônica, ou seja, roças em sistema de corte/queima/pousio de capoeiras, quintais com grande diversidade de espécies, pesca para autoconsumo e criação de pequenos animais. Porém estes arranjos produtivos assumem diferentes feições, conforme o histórico das localidades e unidades de paisagem manejadas.

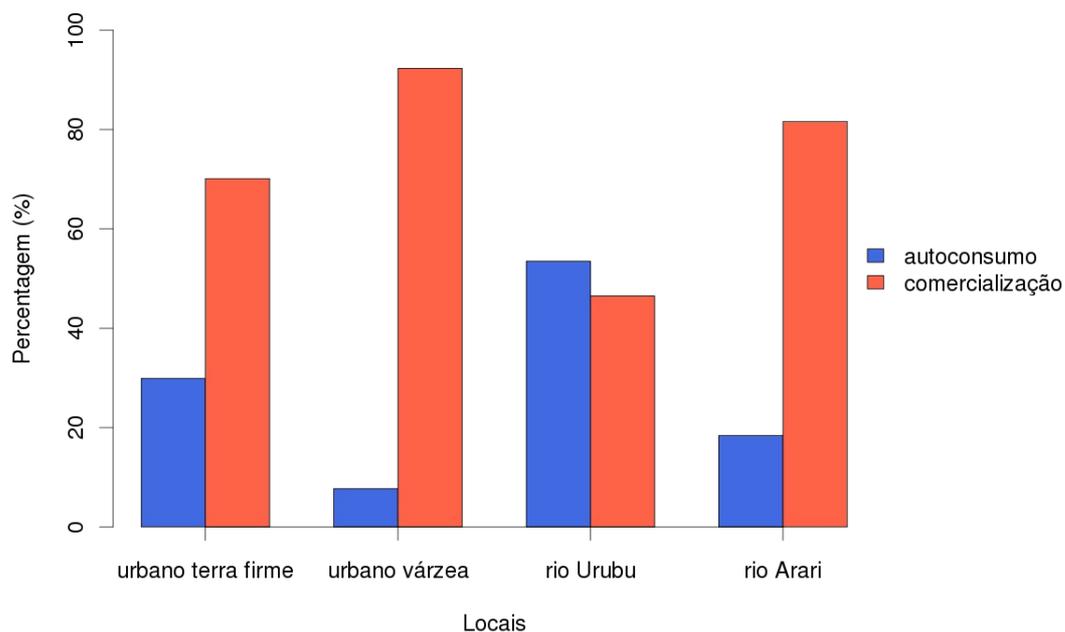


Figura 30 – Percentagem de autoconsumo e comercialização relacionada aos valores medianos da renda bruta anual obtidos nos componentes roça e sítio, extrativismo vegetal, pesca e criação animal pelas unidades familiares filiadas à Rede de Agricultores Tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

Tabela 5 – Participação do autoconsumo e da comercialização em valores brutos anuais em reais (R\$) e em porcentagem (%) frente ao valor total da produção, por localização, por parte de agricultores filiados à Rede de agricultores tradicionais do Amazonas em Itacoatiara, AM

Áreas de influência	Autoconsumo	% Valor total	Comercialização	% Valor total	Total
Núcleo urbano - Terra Firme	1662,75	32,17	3251,50	62,91	5168,25
Núcleo urbano – Várzea	927,00	9,20	9548,00	94,72	10080,00
Rio Urubu/Rodovia AM-010	2292,00	50,24	2250,00	49,32	4562,00
Rio Arari	1109,50	23,99	2202,40	47,62	4624,50

Fonte: Levantamento Rava (2008), sistematizado pela autora.

6. CONCLUSÕES

As unidades familiares apresentam diferentes arranjos entre os componentes produtivos e a especialização ocorre com baixa frequência. O manejo de várias espécies e diferentes componentes produtivos é a regra.

As unidades familiares apresentaram diferentes graus de autoconsumo por conta de maior ou menor inserção em circuitos comerciais e a fatores ligados ao universo de cada unidade familiar, como sua composição. Porém, trata-se de uma importante estratégia que mantém a alimentação sob o controle da família, funcionando também como mecanismo de defesa frente a instabilidades de mercado. Por relacionar-se diretamente com a segurança alimentar, trata-se de uma dimensão que deveria ser considerada inclusive em políticas públicas.

A comercialização está presente, de forma diferenciada, entre as unidades familiares e se liga sobretudo ao componente agricultura. A produção vegetal com a cultura da mandioca e seus produtos (farinha, goma e tucupi) gera 27% da renda total (autoconsumo e venda) e é encontrada na maioria das unidades familiares. A pouca disponibilidade de área para o estabelecimento de roças tem levado à diminuição do intervalo de pousio.

As condições de comercialização são tidas, em geral, como desfavoráveis aos agricultores. Dificuldades com transporte e preços que não remuneram trabalho e custos de produção são as principais dificuldades apontadas pelos agricultores.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acioli, S. 2007. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, Londrina, v.12, n.2.
- Adams, C. 2002. *Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa*. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 387 p.
- Alimonda, H. 2006. Una herancia en Manaos (anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana). *Horizontes antropológicos*. 12(25): 237-255.
- Altieri, M. A. 1998. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 110 p.
- Altieri, M.A. 2002. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems & Environment*. 93 (1): 1-24.
- Amorim, R.R. & Oliveira, R.C. 2008. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 20 (2): 177-198.
- Barnes, J.A. 1972. *Social Networks*. Cambridge: Module 26, p. 1-29.
- Barnes, J.A. 1987. Redes sociais e processo político. IN: Feldeman-Bianco, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 223 p.
- Benchimol, S. 1999 . *Amazônia – formação social e cultural*. Manaus, Valer/ Editora da Universidade do Amazonas.
- Becker, B.K. 2001. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159.
- Becker, B.K. 2005. Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*. v. 19, n. 53, p. 71-86.

- Bertrand, G. 1971. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*, (13):1-27.
- Brandão, C.R. 1981. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal. 181 p.
- Brandão, C.R. (org.) 1986. *Pesquisa participante*. Brasiliense, São Paulo, SP, 211 p.
- Brondízio, E. S. et. al. (1993). Dinâmica da Vegetação do Baixo Amazonas: Análise Temporal do Uso da Terra Integrando Imagens Landsat-TM, Levantamento Florístico e Etnográfico, in: *Anais do VII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Curitiba (PR), Brasil, Vol. 2, 38-46.
- Brose, M. (org.) 2001. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Tomo Editorial, Porto Alegre, RS, 312 p.
- Candido, A. 2001. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 376 p.
- Capra, F. *A teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2001.
- Carneiro da Cunha, M. & Almeida, M. 1999. Populações tradicionais e conservação. Documento de trabalho apresentado no Seminário de Consulta “Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira”. Macapá, Pronabio/ Ministério do Meio Ambiente.
- Castells, M. 2000. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Chayanov, A.V. 1974. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 342 p.
- Coelho de Souza, J. 2007. Inter-relações entre Economia Solidária e Agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 2(2): 23-26.
- Costa, F.A. 2005. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *Estudos avançados*. 19 (53): 131-156.
- Dias, C.J. & Almeida, M.W.B. 2004. A floresta como mercado: caça e conflito na Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC). *Boletim Rede Amazônia*. Ano 3, n.1.

- Duarte, R. 2004 . Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*. 24: 213-225.
- Ehlers, E. 1996. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Livros da Terra, São Paulo, SP, 178 p.
- Ferreira, A.M.M. & Salati, E. 2005. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos avançados*. 19 (54): 25-44.
- Fonseca, M.F.A.C. 2007. Desafios e perspectivas dos sistemas participativos de garantia. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 2(2): 1784-1799.
- Freire, P. 1977. *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 93 p.
- Garcia Júnior, A.R. 1983. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 236 p.
- Gazolla, M. & Schneider, S. 2007. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122.
- Gonçalves, C.W.P. 2001. *Amazônia, Amazônias*. Contexto, São Paulo, SP, 178 p.
- Goularti Filho, Alcides. 2007. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 455-489.
- Grisa, C. 2007. *A produção “pro gasto” : um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 200 p.
- Heredia, B.M.A. 1979 . A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 164 p.
- Hurtienne, T. 2005. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). 8(1): 19-71.
- Iamamoto, A.T.V. 2005. *Agroecologia e desenvolvimento rural*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, 79 p.

- Jesus, C.P. 2000. *Utopia cabocla amazonense: agricultura familiar em busca da economia solidária*. Editora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Canoas, RS, 152 p.
- Lima, D.M. & Pozzobon, J. 2005. Amazônia socioambiental: Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*. 19 (54): 45-76.
- Lima, D.M. 1999. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. 2(2): 5-32.
- Lopez-Ridaura *et al.* 2000. Evaluando la sostenibilidad de los sistemas agrícolas integrados: el marco Mesmis. *Leisa: Revista de Agroecología*. 16(4): 25-27.
- Machado, J. A. S. 2007. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias.*, n.18, pp. 248-285.
- Maluf, R.S.J. 2007. *Segurança alimentar e nutricional*. Vozes, Petrópolis, RJ, 174 p.
- Martinho, Cássio. 2003. *Redes uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-organização*. Brasília: WWF Brasil. Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?3960>. Acesso em 19/06/2008.
- Meirelles, L. 2002. Comercialização e certificação de produtos agroecológicos. *In: II Encontro Nacional de Agroecologia*. Disponível em: http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Certificacao_e_comercializacao.rtf. Acesso em: 19/06/2008, p. 1-5.
- Noda, H. (org.). 2007. *Duas décadas de contribuições do Inpa à pesquisa agrônômica no trópico úmido*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, Manaus, AM, 332 p.
- Noda, S.N. (org.). 2007. *Agricultura familiar na Amazônia das águas*. Editora da Universidade Federal de Manaus, Manaus, AM, 208 p.
- Nunes, M.S. *et al.* 2003. *Funcionamento da Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia - ACS*. Grupo de Trabalho de Certificação – GTC, Rio Branco, AC.
- Ono, M. *et al.* 2007. *Rede de agricultores tradicionais do Amazonas: uma experiência agroecológica superando desafios e fazendo a diferença na*

- Amazônia*, (documento interno).
- Orlandi, Eni. 2000. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Pontes Editores, Campinas, SP, 100 p.
- Pantoja, M. C. 2005. A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. In: Deborah Lima. (Org.). *Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. 1 ed. Manaus: Provarzea/Ibama, p. 157-205.
- Parker, E. P. (ed.). 1985. *The Amazon Caboclo - Historical and Contemporary Perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication no. 32.
- Paschoal, A. D. 1994. *Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI*. Paschoal, Piracicaba, SP, 191 p.
- Pretty *et al.* 2003. Reducing food poverty by increasing agricultural sustainability in developing countries. *Agriculture, Ecosystems & Environment*. 95: 217-234.
- Reis, M. 2005. *Arengas e Psicas: As reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais*.
- Ricci, M. 2007. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*. 11(22), p.5-30.
- Ribeiro, D. 1995. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 476 p.
- Rodrigues e Silva, A. 2006. Sistema de Produção do Carvão Vegetal em duas áreas da Estrada AM-010, Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Amazonas.
- Sabourin, E. 1999. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, 20, p.41-49.
- Santos, L.C.R. 2002. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia limites e desafios*. Monografia (especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 28 p.
- Schmidt, W. 2001. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2(1): 62-73.

- Sevilla Guzmán, E. 2002. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. 3(1): 18-27.
- Shanley, P. & Medina, G. 2005 . *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica*. CIFOR, Imazon, Belém, PA, 304 p.
- Silva, M.C. 2004. *O Paiz do Amazonas*. Valer, Manaus, AM, 277 p.
- Singer, P. 2003 . *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP, 128 p.
- Thiollent, M. 1992. *Metodologia da pesquisa ação*. Cortez, São Paulo, SP, 112 p.
- Wolf, E. 1976 .*Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 147 p.
- Worster, D. 2003 . Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente e sociedade*. 6(1): 23-44.
- Woortmann, E. F. & Woortmann, K. 1997. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Editora da UnB. Brasília.
- Yin, R.K. 2005. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman, Porto Alegre, RS, 212 p.

ANEXO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)